

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS
ARTICULADA À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Curso de Qualificação Profissional em ASSISTENTE ADMINISTRATIVO INTEGRADO À EDUCAÇÃO
DE JOVENS E ADULTOS ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA (EJA-EPT)
- ENSINO MÉDIO

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE
CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

SOMBRIO (SC)

2022

SÔNIA REGINA DE SOUZA FERNANDES
REITORA

JOSEFA SUREK DE SOUZA
PRÓ-REITORA DE ENSINO

VICTOR MARTINS DE SOUSA
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO SOMBRIO

JÉFERSON MENDONÇA DE LIMAS
DIRETOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

LUCYENE LOPES DA SILVA
RESPONSÁVEL PELO CURSO

COMISSÃO DE ELABORAÇÃO E SISTEMATIZAÇÃO

LUCYENE LOPES DA SILVA
ALEX FABIANO WEHRLE
ANA MARIA DE MORAES
ANDERSON SARTORI
CLARICE VAZ DOS SANTOS ARBELO
DALVANA SILVA DA GAMA
DARC IONICE FEIJÓ DA ROCHA
ELIANE ANÁSTACIO FLORIANO
ÉRIA CARDOSO
GILNEI MAGNUS DOS SANTOS
GIOVANI FELIPE
GIOVANI MARCELO SCHMIDT
GLÍNDIA VICTOR
HELMO ALAN BATISTA DE ARAÚJO

JOSÉ LEOCÁDIO CABRAL NETO

KÊNIA ZANELLA

MARA JULIANE WOICIECHOSKI HELFENSTEIN

MIRIAN ROCHA DA ROSA SILVEIRA

ROSEMARY DE FÁTIMA DE ASSIS DOMINGOS

SABRINA MENDES BOEIRA

TEREZA CRISTINA BENEVENUTTI LAUTERIO

VICTOR MARTINS DE SOUSA

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
1.1 DETALHAMENTO DO CURSO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	11
2 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO	13
3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DA EJA-EPT	16
3.1 OBJETIVOS DO CURSO	17
3.1.1 Objetivo geral	17
3.1.2 Objetivos específicos	18
3.2 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO	18
3.3 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE EVASÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO	19
3.4 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	20
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO	21
4.1 PERFIL DO EGRESSO	21
4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	22
a) educação alimentar e nutricional;	24
b) processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso;	24
c) educação ambiental;	24
d) educação para o trânsito;	24
e) educação em direitos humanos;	24
f) educação digital;	24
g) direitos das crianças e dos adolescentes; e	24
h) história e cultura afro-brasileira e indígena.	24
4.2.1 Da integração e organicidade curricular	24
4.2.2 Curricularização da pesquisa e extensão	25
4.2.3 Projeto Integrador	26
4.2.4 Prática profissional	28
4.2.5 Organização de tempos e do espaço	29
4.2.6 Da mediação	30
4.2.7 Aproveitamento de estudos	31
4.3 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS	34
4.4 MATRIZ CURRICULAR	36
4.5 EMENTÁRIO	38
5 ACESSIBILIDADE	52
6 AVALIAÇÃO	56

6.1 RECUPERAÇÃO PARALELA	59
6.2 APROVAÇÃO	61
7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO	64
8 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS	64
9 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO DO IFC	65
9.1 CORPO DOCENTE	65
9.2 COORDENAÇÃO DE CURSO	66
9.3 NDB	67
9.4 COLEGIADO	67
9.5 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO	67
9.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TAE	70
10 INSTALAÇÕES FÍSICAS	72
10.1 BIBLIOTECA	72
10.2 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS	72
10.3 ÁREA DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA	73
10.4 ÁREA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE	73
REFERÊNCIAS	75

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO

1 APRESENTAÇÃO

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IF), criados por meio da Lei 11.892/2008, constituem um modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica (EPT) que visa responder, de forma eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais.

Presente em todos os Estados, os IF contêm a reorganização da Rede Federal de Educação Profissional, oferecendo formação inicial e continuada, ensino médio integrado, cursos superiores de tecnologia, bacharelado em engenharias, licenciaturas e pós-graduação.

O Instituto Federal Catarinense (IFC) resultou da integração das antigas Escolas Agrotécnicas Federais de Concórdia, Rio do Sul e Sombrio com os Colégios Agrícolas de Araquari e de Camboriú, até então vinculados à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, a instituição oferece cursos em sintonia com a consolidação e o fortalecimento dos arranjos produtivos locais, estimulando a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo, e apoiando processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, especialmente a partir de processos de autogestão.

O Campus Avançado Sombrio está localizado na Avenida Prefeito Francisco Lummertz Júnior nº 930, bairro Januária município de Sombrio, extremo sul catarinense, na microrregião geográfica de Araranguá. A microrregião contava, em 2008, com uma população total de 199.901 habitantes, respondendo por 3,3% da população catarinense. A maior parte da população concentrasse no meio urbano (63,3%), numa taxa de urbanização inferior à média catarinense, que é de 78,7%.

Apesar do setor de serviços ter a maior participação na formação do PIB (Produto Interno Bruto) regional, respondendo por 58,7%, há uma forte expressão da atividade agropecuária, pois em nove dos 15 municípios da microrregião, este setor predomina sobre as atividades industriais (IBGE, 2008), destaca-se o cultivo de arroz, fumo e banana.

A produção regional está ancorada em uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade de trabalho familiar, pois 65,1% dos estabelecimentos rurais da microrregião têm dimensões de até 20 hectares. Segundo dados fornecidos pela

Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), atualmente a microrregião conta com uma população de 190.312 habitantes, tendo um IDH de 0,727. O PIB gira em torno de R\$ 2,5 bilhões onde o setor do comércio e serviços responde por um total de 74% deste montante, seguido por indústria e o setor da agropecuária que contam com 13% de participação cada uma. Destaca-se que cerca de 13% da produção de arroz do estado de Santa Catarina tem origem no Extremo Sul Catarinense.

Apesar do perfil agropecuário, a atividade industrial é crescente, sobretudo nos dois municípios mais populosos da microrregião (Araranguá e Sombrio). Nestes, o setor calçadista consolidado nos anos de 1970, ainda apresenta expressão. Contudo, o perfil industrial vem se ampliando, com um forte crescimento da indústria da confecção, ancorada nas economias de escala comandadas pelo polo confeccionista de Criciúma.

Foi em consonância com o perfil produtivo da região que, na década de 1990, reuniram-se esforços para a instalação de uma escola profissionalizante da rede federal de ensino no extremo sul catarinense. Inaugurada em 1993, a então Escola Agrotécnica Federal de Sombrio era a única instituição federal de ensino técnico a atuar no sul de Santa Catarina. Sua instalação, em uma região carente de instituições públicas de ensino profissional, consolidou o atendimento a uma ampla área de abrangência que demandava grandes esforços na formação de profissionais do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). Este curso, realizado na unidade descentralizada de Sombrio, visava formar técnicos para os mais diversos segmentos do setor de serviços, do comércio e da própria indústria.

A ausência de opções de formação em nível superior na região forçava um grande número de jovens a interromper sua escolaridade pois não vislumbravam perspectivas para continuar seus estudos ou, no caso daqueles que tinham condição financeira, a buscar sua formação em nível superior em outras regiões. Assim, com a recente expansão da rede federal de educação profissional e a transformação de suas unidades em Institutos Federais de Educação, aptos para a oferta de ensino superior, a região está vivenciando a perspectiva concreta e imediata de ter essa demanda de ensino superior atendida, de forma gratuita.

Atualmente a Instituição oferece regularmente os Cursos de Nível Médio Técnico em Informática para Internet e Técnico em Hospedagem. Oferece, também, os cursos

superiores de Tecnologia em Redes de Computadores, Licenciatura em Matemática e de Tecnologia em Gestão de Turismo.

Para que os objetivos estabelecidos pela lei nº 11.892/2008 sejam alcançados, faz-se necessária a elaboração de documentos que orientem todas as funções e atividades no exercício da docência, os quais devem ser construídos em sintonia e/ou articulação com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Político Institucional (PPI), com as Políticas Públicas de Educação e com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa perspectiva, o presente documento tem o objetivo de apresentar o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio de Assistente Administrativo - com o intuito de expressar os principais parâmetros para a ação educativa, fundamentando, com o PPI, a gestão acadêmica, pedagógica e administrativa do curso. Cabe salientar que, devido à importância do Projeto Pedagógico do Curso PROEJA (PPCP), esse deverá estar em permanente construção, sendo elaborado, reelaborado, implementado e avaliado constantemente.

Vale ressaltar que a EJA-EPT abrange cursos que proporcionam formação profissional com escolarização para jovens e adultos, buscando a superação da dualidade entre trabalho manual e intelectual. Assume-se, dessa forma, o trabalho na sua perspectiva não alienante.

A EJA-EPT faz parte da política educacional brasileira que busca a inclusão e a emancipação social daqueles que foram privados de acesso e permanência escolar. Busca-se a formação plena do indivíduo, através da compreensão das relações que se estabelecem no mundo do qual ele faz parte.

Através dessa perspectiva o educando deve tornar-se protagonista da própria história, que fará parte da construção coletiva do conhecimento e da cidadania através do respeito, diálogo, reconhecimento do outro e da diferença.

1.1 DETALHAMENTO DO CURSO DA QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Denominação do Curso - Curso de Qualificação Profissional em ASSISTENTE ADMINISTRATIVO INTEGRADO À EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ARTICULADO À EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TECNOLÓGICA (EJA-EPT) - ENSINO MÉDIO	
Titulação do curso	Qualificação Profissional em Assistente Administrativo - Nível Médio
Modalidade	Presencial e 20% atividades não presenciais
Eixo tecnológico	Gestão e Negócios
Quantidade de vagas	40 vagas
Turno de oferta	Noturno
Regime de matrícula	Semestral
Carga horária total do curso	1440 horas relógio
Carga horária formação geral	1200 horas
Carga horária da Qualificação Profissional	240 horas
Carga horária de estágio curricular supervisionado obrigatório, se houver	Não se aplica
Tempo de duração do curso	2 anos
Periodicidade de oferta	Fluxo Contínuo
Local de funcionamento	IFC - Campus Avançado Sombrio
Instituição conveniada:	Não há
Legislação	<p>Lei nº 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação;</p> <p>Lei nº 10.098/00 que trata das questões sobre acessibilidade;</p> <p>Decreto n. 5840/2006 de 13 de julho de 2006, que institui o PROEJA;</p> <p>Guia PRONATEC de Cursos FIC;</p> <p>Lei nº 11.741/08 altera dispositivos da Lei no 9.394/96 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica;</p> <p>Lei nº 11.788/08 que trata sobre estágios obrigatórios e não obrigatórios;</p> <p>Lei nº 11.892/08 que trata da criação dos Institutos Federais;</p>

Decreto nº 5.154/04 regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei nº 9.394/96, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências;

Decreto nº 5.296/04 que estabelece normas gerais e critérios básicos para promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

Resolução CNE/CEB nº 2/05 modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação;

Resolução CNE/CEB nº 4/10 define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica;

Resolução nº 30/19, que institui Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFC 2019-2023;

Resolução nº 10/20 que dispõe sobre as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT), Instituto Federal Catarinense (IFC);

Resolução nº 44/20 que dispõe sobre a Política de Educação de Jovens e Adultos Articulada à Educação Profissional e Tecnológica EJA-EPT, no Instituto Federal Catarinense – IFC;

Resolução nº 10/21, dispõe sobre organização didática dos cursos do IFC;

Resolução nº 2/22 normatiza a curricularização da extensão e pesquisa;

Portaria Normativa nº 4/19, que trata sobre EAD em cursos presenciais;

Parecer CNE/CP Nº 1/2004 institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;

Documento Base Programa Nacional de Integração da Educação profissional com a educação básica na modalidade de Educação de jovens e adultos - Formação Inicial e Continuada - Ensino Fundamental - MEC/SETEC, 2007;.

2 JUSTIFICATIVA DE OFERTA DO CURSO

A modalidade de educação de jovens e adultos, no Brasil, perpassa um cenário de exclusão. Não se constituiu como predominante na sociedade brasileira a transição do jovem para o mundo do trabalho após finalizada a escolaridade básica, mas, especialmente, o ingresso precoce deste no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho. Esses jovens e adultos excluídos do sistema de ensino por diversas razões (gênero, etnia, classe) representam as múltiplas ausências que a sociedade brasileira, excludente, relega para grande parcela da população desfavorecida economicamente, socialmente e culturalmente (BRASIL, 2007).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB nº 11/2000), consoante com a nova LDB (9394/96), apontam, então, três funções como responsabilidade da educação de jovens e adultos: reparadora (restaurar o direito de uma escola de qualidade), equalizadora (restabelecer a trajetória escolar) e qualificadora (propiciar a atualização de conhecimentos por toda a vida). Portanto, as finalidades e funções específicas desta modalidade de ensino destinada aos jovens e adultos...

[...] indicam que em todas as idades e em todas as épocas da vida, é possível se formar, se desenvolver e constituir conhecimentos, habilidades, competências e valores que transcendam os espaços formais da escolaridade e conduzam à realização de si e ao reconhecimento do outro como sujeito (PARECER CNE/CEB no 11/2000).

É preciso enfrentar os problemas da educação, o Plano Nacional da Educação – (PNE) de 2014-2024 estabelece 20 metas para encarar os desafios educacionais do país, sendo as metas 9 e 10, especificamente, destinadas à EJA. A meta 9 desempenha um papel importante na luta pela ampliação da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, entretanto, para a finalidade dessa proposta de trabalho, destacamos a meta 10:

A Meta 10 do Plano Nacional de Educação (PNE) traça como objetivo ampliar as matrículas da educação de jovens e adultos (EJA) no ensino fundamental (EF) e no ensino médio (EM) na forma integrada à educação profissional, com vistas a alcançar o valor de 25% do total de matrículas nessa modalidade até o final do Plano. A meta busca estimular os jovens e os adultos a concluírem a educação básica e, ao mesmo tempo, capacitá-los para atuar no mercado de trabalho. Objetiva-se, assim, superar a dicotomia escola-trabalho que muitas vezes é imposta a esse público. Nesse sentido, a Meta 10

reitera o objetivo do PNE de colocar em curso políticas e ações que ampliem não só a escolaridade, mas também a formação para o trabalho dos jovens e dos adultos brasileiros – em especial aqueles mais pobres –, e, assim, contribuir para a redução das desigualdades sociais existentes. A integração da EJA à educação profissional impõe aos gestores públicos diversos desafios, como formação do profissional para lecionar para esse público, integração curricular, desenvolvimento de metodologias de ensino específicas, infraestrutura das escolas etc.

Neste cenário, o IFC assume a Educação Profissional na modalidade de Educação de Jovens e Adultos como política centrada na integração entre formação geral e educação profissional – educação integrada. Tal política busca romper com a lógica de programas focais, imediatistas e fragmentados, com caráter de treinamento para o trabalho centrado na empregabilidade, e coloca como desafio incorporar à formação de jovens e adultos novas formas de relação com o trabalho. A formação humana não é exclusividade do mundo do trabalho ou do mundo da educação, o que implica percebê-la como ponto de intersecção entre trabalho e educação. “Nessa intersecção, que compreende múltiplas dimensões, a qualificação nunca é apenas 'profissional' (dimensão técnica), mas sempre 'social' (dimensão sociolaboral)” (BRASIL, 2007, p. 46).

Cumprindo a função social desta Instituição, que é a de atender esse público que não teve a oportunidade de acesso à educação básica ou não a concluiu na faixa etária regular indicada na legislação brasileira e, considerando a Meta 10 do PNE 2014-2024 que determina que sejam ofertadas, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos, bem como o que está previsto no decreto 5.840/2006, o IFC tem como meta a oferta desta modalidade de ensino em todos os campi, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional. Além da previsão institucional de oferta de cursos EJA- EPT em todos os campi, desde o ano de 2019 o IFC tem um grupo de trabalho responsável por articular institucionalmente a elaboração de uma política voltada para a EJA-EPT, que orienta a oferta dos cursos nesta modalidade da Instituição. Há de se ressaltar a importância desse grupo para o diálogo permanente sobre a EJA-EPT na instituição, sendo um espaço de formação e elaboração de ações voltadas para o público específico da modalidade.

Destaca-se, ainda, a referência institucional a EJA-EPT ao invés de PROEJA, que tem o sentido de reforçar o compromisso da oferta da referida modalidade na instituição, considerando que políticas e ações permanentes vão muito além do que propõe um programa. Nesse sentido, já há previsão institucional das formas e possibilidades de oferta da EJA-EPT, podendo o curso ser proposto na sua totalidade pela instituição ou em parceria com as redes estadual ou municipal de ensino, seja mediante a articulação com um curso de qualificação profissional ou com um curso técnico.

A região de Araranguá, tem crescido com negócios empresariais e novos empreendimentos, portanto a demanda por mão de obra qualificada, não só na cidade de Araranguá, assim como na Região da Associação dos Municípios do Extremo Sul Catarinense (AMESC), vem aumentando a cada dia. Optou-se pelo Curso de Qualificação Profissional em Assistente Administrativo integrado à Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio, em razão da demanda apresentada pelos Diretores Lojistas, Indústrias e Consulta Pública realizada em Sombrio (SC), cidade do Campus Avançado Sombrio do IFC.

A Qualificação Profissional em Assistente Administrativo integrada à Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio será oferecida em Sombrio. Desta forma busca qualificar os estudantes para aumento da escolaridade, maior empregabilidade e conseqüentemente inserção social. Assim, justifica-se a necessidade de oferta do Curso de QP em Assistente Administrativo integrado à EJA - EPT - Nível Médio.

3 PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PEDAGÓGICOS DA EJA-EPT

As concepções pedagógicas e filosóficas que embasam os cursos que articulam a Educação de Jovens e Adultos com a Educação Profissional e Tecnológica (EJA-EPT), estão dispostas na Resolução nº 44/2020 - CONSUPER que traz no Capítulo II, Artigo 2º, os seguintes princípios norteadores:

I – trabalho, como produção da condição humana, campo de aprendizagem e conhecimento;

II – articulação entre:

a) diferentes sujeitos sociais e suas formas organizativas;

b) teoria e prática;

c) educação básica e profissional;

d) fatos e seus contextos;

e) trabalho, ciência, tecnologia e cultura;

f) elementos curriculares;

g) ensino, extensão, pesquisa, inovação e gestão.

III – inclusão, como ação de reconhecimento, empoderamento e visibilidade da singularidade dos sujeitos sociais e suas identidades coletivas;

IV – emancipação, como construção e exercício da autonomia, liberdade, criticidade e autoridade dos sujeitos sociais;

V – coletividade, como garantia da legitimidade dos processos decisórios de planejamento e gestão democráticos;

VI – dialogicidade, como prática comunicativa e reflexiva entre os sujeitos, suas histórias de vida, seus saberes e o conhecimento científico e tecnológico;

VII – direitos humanos, como reconhecimento da diferença e dignidade inerentes a todos os sujeitos sociais que precisam ter seus direitos respeitados, defendidos e promovidos..

3.1 OBJETIVOS DO CURSO

3.1.1 Objetivo geral

Promover a inclusão social de jovens e adultos que não tiveram acesso à educação na idade própria, proporcionando condições para que constituam sua cidadania

e possam ter acesso à QP em Assistente Administrativo EJA-EPT - Ensino Médio, com possibilidade de inserção no mundo do trabalho ou melhoria na sua condição de sujeito trabalhador.

3.1.2 Objetivos específicos

- a) Compreender o sujeito como ser histórico-social capaz de transformar a realidade em que vive por meio dos conhecimentos adquiridos;
- b) Ofertar educação comprometida com as três funções definidoras da Educação de Jovens e Adultos: a reparadora, pois permite o retorno à sala de aula desse jovem/adulto; a equalizadora, por permitir que ele volte ao ponto de onde parou, sem qualquer prejuízo; e a função permanente, que propicia a atualização do conhecimento, aquele que vai acompanhá-lo pelo resto de suas vidas e pode ser chamado de qualificadora;
- c) Ter o trabalho como princípio educativo no sentido de que o trabalho permite a compreensão do significado econômico, social, histórico, político e cultural das ciências;
- d) Preparar o educando para o trabalho e a cidadania, para que ele continue aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;
- e) Aprimorar o educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- f) Capacitar o educando para compreender os fundamentos científico-tecnológicos, relacionando a teoria com a prática;
- g) Capacitar o educando para utilizar o raciocínio lógico, crítico e analítico, visando à resolução de problemas;
- h) Atender às expectativas e demandas da sociedade e do mundo do trabalho;
- i) Promover a inserção de novos profissionais com plena qualificação para o mundo do trabalho, considerando o arranjo produtivo da região.

3.2 REQUISITOS E FORMAS DE ACESSO

O acesso aos cursos EJA-EPT é permitido a todo candidato(a) que tenha concluído o Ensino Fundamental e tenha, no mínimo, 18 anos completos no ato da

matrícula. O curso é destinado a estudantes jovens e adultos que não finalizaram o ensino médio e que almejam concluir esta etapa da educação básica articulada a uma qualificação profissional.

O ingresso dos estudantes acontece por meio de edital específico publicado no website da instituição, semestralmente. O edital de ingresso é de fluxo contínuo nos dois primeiros meses do curso, ou seja, após o período de conclusão das matrículas, o edital permanecerá aberto durante dois meses para os estudantes interessados preencherem as vagas remanescentes. Para os ingressantes que tiverem suas matrículas efetivadas no decorrer deste período adicional, será ofertado um programa de adaptações curriculares, de forma que os estudantes possam dar prosseguimento no curso sem prejuízos na sua aprendizagem. Em relação ao processo de seleção dos candidatos, este se dará por meio de sorteio quando constatada a existência de um número superior de inscritos em relação às vagas ofertadas.

3.3 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO DAS AÇÕES DE EVASÃO, PERMANÊNCIA E ÊXITO

Será constituída comissão para o acompanhamento e o monitoramento das ações relativas à evasão, permanência com objetivo de propor estratégias para a superação da evasão, condições para permanência e êxito na modalidade da EJA- EPT do curso.

Serão ações da comissão de acompanhamento e monitoramento deve, juntamente com a coordenação de curso, pelo Núcleo Docente Básico (NDB), colegiado e Núcleo Pedagógico (NuPe):

1) Programa de acolhimento: Planejar o acolhimento dos estudantes, de maneira a ambientá-los à instituição e, sobretudo, ao funcionamento do curso em que ingressam;

2) Atendimento aos estudantes: Garantir e fortalecer programas de atendimento ao estudante, inclusive AEE, e acesso à informação, às oportunidades e recursos que favoreçam seu desempenho acadêmico;

3) Revisão e planejamento curricular: Revisar os currículos e projetos de curso periodicamente, buscando a construção de currículos significativos e integrados que privilegiem o melhor aproveitamento do curso por parte do corpo discente;

4) Programa de recuperação paralela: Acompanhar o programa de recuperação paralela, cujo objetivo maior é garantir que os estudantes que apresentem dificuldades consigam acompanhar e obter êxito em seus respectivos cursos;

5) Compartilhamento de experiências entre os campi: Estimular o compartilhamento das informações entre os campi, tornando possível a troca de experiências, de dificuldades e de resultados obtidos;

6) Formação docente: Promover oportunidades de capacitação que contemplem aspectos pedagógicos capazes de impactar positivamente o processo de ensino-aprendizagem, sobretudo no que concerne à melhora na realidade de retenção, como a adoção de metodologias adequadas para a modalidade de ensino da EJA-EPT;

7) Valorização docente: Articular ações de identificação, sensibilização e promoção de condições específicas para docentes que atuam na EJA-EPT, como por exemplo a atribuição de carga horária adequada às especificidades da modalidade, atuação docente como mediador, promoção de monitorias específicas, espaço para EJA-EPT, dentre outras;

8) Relatório anual sobre evasão: Apresentar um relatório contendo um levantamento da taxa de evasão e seus principais fatores sociais, individuais e institucionais, a fim de mapear o perfil dos estudantes evadidos, as causas de evasão e retenção mais comuns dentro da realidade específica do curso da EJA-EPT;

9) Sistema de avaliação de curso: De acordo com as normas vigentes para os Cursos de EJA-QP de Nível Fundamental, não há um sistema oficial de avaliação externa como acontece nos cursos superiores. Nesse sentido, o curso de QP em Assistente Administrativo EJA-EPT terá uma avaliação do curso realizada anualmente pelo NDB, o qual discute e avalia todas as questões relacionadas à formação dos estudantes do curso.

3.4 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

As ações de assistência estudantil são pautadas no Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Este tem como objetivos, democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. O

PNAES é implementado de forma articulada com as atividades de ensino, pesquisa e extensão, visando o atendimento de estudantes regularmente matriculados, com ações de assistência estudantil nas áreas: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

O Programa de Auxílios Estudantis (PAE) do IFC tem por objetivo criar condições de acesso e aproveitamento pleno da formação acadêmica aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, por meio da concessão de auxílios financeiros.

O PAE destina-se prioritariamente a estudantes regularmente matriculados no IFC provenientes da rede pública de educação básica, ou beneficiários de bolsa integral em escola particular, com renda per capita de até um salário-mínimo e meio. Após o atendimento dos estudantes que se enquadram nestas situações, podem ser atendidos estudantes que comprovadamente encontram-se em vulnerabilidade socioeconômica, conforme análise e parecer dos assistentes sociais responsáveis.

Por meio deste Programa, o IFC atende um grande número de estudantes, aos quais disponibiliza auxílio financeiro nas seguintes modalidades: Auxílio Moradia e Auxílio Permanência I e II.

Um dos eixos da Pactuação com a SEB é a destinação de bolsas para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Assim, haverá edital específico para seleção dos estudantes em situação de vulnerabilidade social, sendo os valores e número de bolsas descritos no edital de seleção.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO

4.1 PERFIL DO EGRESSO

Considerando os objetivos propostos para o curso, serão direcionadas ações para que o estudante egresso do Curso de Qualificação Profissional (QP) em Assistente Administrativo integrado à Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio, possa demonstrar avanços na aquisição de seus conhecimentos básicos, se preparando para dar continuidade aos seus estudos.

Pode-se considerar na qualificação profissional, deve estar qualificado para atuar nas atividades relativas à área do curso para que possa desempenhar, com autonomia, suas atribuições, com possibilidades de (re)inserção positiva no mundo trabalho.

Dessa forma, ao concluir a sua qualificação profissional, o egresso do curso QP em Assistente Administrativo EJA-EPT deverá demonstrar em seu perfil as seguintes características:

- Capacidade para atuar na assessoria dos processos administrativos da empresa;
- Habilidade para contribuir nas atividades das áreas administrativas;
- Perceber-se como agente social que intervém na realidade e adotar atitude ética no trabalho e no convívio social
- Saber trabalhar em equipe; e
- Ter responsabilidade, iniciativa e criatividade.

4.2 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

De acordo com a Diretriz dos cursos de EJA-EPT do IFC, o currículo escolar é o processo constituído pelas experiências, atividades, objetivos, conteúdos, métodos, tempos, espaços, recursos e pela diversidade e singularidade dos sujeitos.

O currículo da EJA-EPT deve estar fundamentado:

- I – na omnilateralidade;
- II – na politecnia;
- III – no trabalho como princípio educativo;
- IV – na pesquisa como princípio pedagógico;

V – na integração entre as áreas do saber, visando a superação da fragmentação de conhecimentos e de segmentação da organização curricular, a partir de diferentes formas de colaboração interdisciplinar e integração;

VI – na integração curricular, baseada no diálogo permanente entre os conhecimentos da formação geral e profissional tendo o processo de trabalho, a ciência, a tecnologia e a cultura como eixos definidores dos conteúdos;

VII – na consecução dos princípios e finalidades da EJA-EPT definidos nesta resolução;

VIII – no reconhecimento da experiência dos sujeitos na construção do conhecimento;

IX – na diversidade social, cultural e cognitiva dos jovens e adultos, do campo e da cidade;

X – na investigação sistemática das questões locais, na qual os métodos e problematizações interajam com o processo ensino aprendizagem e com a comunidade;

XI – na construção de um perfil profissional que articule a compreensão crítica do mundo do trabalho e sua transformação;

XII – na problematização e contextualização do conhecimento em sua historicidade, suas relações e contradições;

XIII – na interdisciplinaridade como um princípio e um método de reconstrução da totalidade entre os sujeitos, os saberes e os distintos recortes da realidade;

XIV – na representação pelos diferentes campos científicos, possibilitando assim a materialização do currículo integrado.

A organização curricular dos cursos EJA-EPT segue os objetivos das áreas de conhecimento organizadoras da educação básica e da área da educação profissional, possibilitando aos estudantes uma leitura do mundo em todos os âmbitos e contextos.

São temáticas obrigatórias nos cursos EJA-EPT:

I – crítica histórico-social do trabalho;

II – direitos do trabalho;

III – legislação do trabalho;

IV – sentido das lutas históricas no trabalho;

V – direitos humanos;

- VI – conflitos sociais;
- VII – movimentos sociais;
- VIII – diversidade cultural;
- IX – sustentabilidade.

Os temas obrigatórios serão tratados de forma transversal, sendo abordados principalmente nos componentes curriculares da formação geral:

- a) educação alimentar e nutricional;
- b) processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso;
- c) educação ambiental;
- d) educação para o trânsito;
- e) educação em direitos humanos;
- f) educação digital;
- g) direitos das crianças e dos adolescentes; e
- h) história e cultura afro-brasileira e indígena.

4.2.1 Da integração e organicidade curricular

Os conhecimentos das áreas do saber são materializados na matriz curricular do curso na forma de componentes curriculares. A constituição dos componentes curriculares, considerando a integração entre os conhecimentos, a complexidade dos conteúdos e relação entre a formação geral e formação profissional, proporciona o agrupamento, ordenamento e distribuição dos conhecimentos na matriz explicitem fluidez e organicidade curricular, em movimento para superação da sobreposição e fragmentação do conhecimento.

O curso preverá em seu PPC mecanismos de materialização do currículo integrado que contemplem:

- I – o trabalho coletivo;
- II – o aprofundamento e a relação entre temas e conteúdos da formação básica e técnica;
- III – a resolução de problemas científicos, do cotidiano e da sociedade;
- IV – a pesquisa como princípio educativo.

O planejamento das atividades deve considerar o diagnóstico e as características dos grupos com a finalidade de atender aos diferentes níveis de conhecimento, os interesses e os múltiplos estilos de aprendizagem dos estudantes.

As abordagens metodológicas, pautadas pelo compromisso com a emancipação social dos estudantes, devem:

I – priorizar conteúdos mínimos de mais de uma área do conhecimento, que dialoguem com a realidade e o contexto de aprendizagem dos educandos;

II – permitir a problematização, a divulgação, a ampliação e a implementação dos conhecimentos;

III – prever exercícios periódicos de sistematização, análise, reflexão e avaliação;

IV – privilegiar o trabalho com conceitos, eixos e temas integradores.

A organização pedagógica dos cursos deverá prever o uso das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC) com o objetivo de auxiliar e potencializar o acesso à informação, flexibilizar tempos e espaços e diversificar as ações pedagógicas.

No curso EJA de Qualificação Profissional de Auxiliar em Administração - Nível Fundamental, os estudantes utilizarão as TIC através dos conteúdos teóricos e práticos no componente curricular de Informática Básica. O componente faz parte da formação profissional, e utilizará tecnologias relacionadas ao perfil do curso e das atividades da qualificação.

Uma (1) vez por mês os docentes de forma conjunta, planejarão, acompanharão e avaliarão as ações pedagógicas da EJA-EPT. As reuniões acontecerão conforme planejamento e disponibilidade das equipes pedagógica e do corpo docente envolvidos.

4.2.2 Curricularização da pesquisa e extensão

As ações de ensino, extensão, pesquisa e inovação devem possibilitar, especialmente a segmentos e setores tradicionalmente excluídos, a democratização do conhecimento científico e tecnológico e a valorização do conhecimento popular a fim de criar condições favoráveis à inserção e à permanência no trabalho, à geração de trabalho e renda, ao desenvolvimento humano, sustentável e ao exercício da cidadania (Resolução 10, CONSUPER, 2020).

Segundo a mesma Resolução, as ações de extensão, pesquisa e inovação devem possibilitar ao estudante da EJA-EPT recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções, inclusive tecnológicas, com base nos conhecimentos das diferentes áreas para sua formação profissional-cidadã e para o bem da comunidade.

Desta forma, o Curso de educação de jovens e adultos articulada à qualificação profissional em Assistente (EJA - EPT) - Nível Médio utilizará as ações estratégicas (Art. 23 da Resolução 10/2020, CONSUPER) da seguinte forma:

I - Desenvolvimento de atividades de pesquisa e extensão em parte da carga horária nos componentes curriculares: Projeto Integrador II , III e IV (4 horas em cada, totalizando 12 horas);

II - Componente específico: Projeto Integrador I (60h).

As ações estratégicas de curricularização de pesquisa e extensão procura experienciar os aprendizados dos estudantes através da articulação com a sociedade, visando a aplicação prática do conhecimento.

No presente PPC são previstas 72 horas de ações de pesquisa e extensão, sendo 60 horas no primeiro semestre Projeto Integrador I como componente específico e quatro horas em cada um dos próximos três semestres, nos componentes curriculares Projeto Integrador II, III e IV.

As atividades de extensão serão propostas no decorrer do curso com carga horária prevista conforme Plano de Ensino das disciplinas de Projeto Integrador e os projetos de extensão propostos pelo curso, podendo ou não haver interdisciplinaridade. Processos avaliativos poderão ser desenvolvidos nos programas/projetos executados. As atividades serão comprovadas através dos registros do diário de classe das disciplinas e os relatórios dos projetos de extensão.

4.2.3 Projeto Integrador

O curso de EJA-EPT integrado à Qualificação Profissional em Assistente Administrativo visa promover o desenvolvimento de pesquisas escolares ao longo de todo o curso. Porém, a materialização da construção de um projeto de pesquisa e extensão ocorre, de forma objetiva, nos componentes curriculares denominados: Projeto Integrador

I, II, III e IV, o qual acontece ao longo dos dois anos do curso e tem carga horária de 60 horas presenciais e 240 horas a distância, totalizando 300 horas.

O objetivo destas disciplinas é oportunizar ao aluno jovem e adulto a projeção e aplicação dos conhecimentos apreendidos nas disciplinas do Ensino Médio e da qualificação profissional, com fins a resolver problemas, anseios e/ou necessidades do cotidiano dos estudantes, promover projetos nas áreas em que os estudantes atuarão profissionalmente ou mesmo para buscar conhecer mais detalhadamente elementos da realidade natural e social.

Os docentes dos componentes curriculares contribuirão para facilitar o processo de construção dos projetos integradores, abordando os diferentes tipos de projetos de pesquisa e extensão, metodologias, redação de projetos, escrita de introdução, objetivos e desenvolvimento, criação de hipóteses, discussão e apresentação oral de resultados, levando em consideração as características e possibilidades dos alunos jovens e adultos.

Para contribuir com esse processo, após os alunos definirem seus temas de pesquisa, estes devem convidar um professor orientador para direcionar e acompanhar o desenvolvimento do projeto em relação à sua execução técnica-científica e específica a cada área do conhecimento. Caso os alunos não encontrem um professor disponível para a orientação, o professor do componente curricular indicará um nome.

Os professores orientadores poderão computar 01 (uma) hora de trabalho semanal por projeto para esta finalidade. Ao final do ano, o professor responsável irá indicar os projetos que foram finalizados e os não desenvolvidos. As orientações dos projetos serão realizadas de forma presencial ou de forma virtual, na ocasião das aulas do Projeto Integrador ou em outro momento, fora do horário regular de aula, dependendo das possibilidades e necessidades dos estudantes e de seus orientadores. Ao orientador fica reservado o direito de desligar-se da orientação, nos casos em que os alunos não cumprirem as orientações estabelecidas. O desligamento da orientação deve ser formalizado ao professor da disciplina de Projeto Integrador, mediante justificativa por escrito. Nos casos em que o grupo de alunos considerar a orientação insatisfatória, poderão solicitar, por escrito e com as devidas fundamentações, a mediação do professor da disciplina.

Vale ressaltar que o resultado dos projetos integradores não será medido pelo desenvolvimento de uma pesquisa com rigor acadêmico, metodológico e estrutural, mas sim pela evolução do entendimento do aluno sobre o que é uma pesquisa acadêmica, possibilitando ao estudante jovem e adulto a inserção no universo da pesquisa e da investigação técnico-científica e profissional.

4.2.4 Prática profissional

A prática profissional compreende diferentes situações de vivência e aprendizagem em ambientes que permitam aos estudantes contextualizar o cotidiano da sua formação para o mundo do trabalho, aproximando-se da realidade do exercício profissional.

A prática profissional será de caráter processual na construção do conhecimento, podendo ser desenvolvida de forma introdutória, paralela ou posterior aos conteúdos teórico-práticos e técnico-científicos trabalhados durante o curso, tratando-se de uma via de mão dupla onde teoria e prática se integram e se complementam.

A prática profissional ocorrerá da seguinte forma:

I - Como parte de componente curricular das aulas técnicas, em aulas práticas, oficinas, bem como investigação sobre atividades profissionais, visitas técnicas, simulações, observações entre outras;

II - Estágio curricular supervisionado não-obrigatório.

A prática profissional do curso prevê 20% da carga horária da formação profissional em práticas profissionais.

As práticas profissionais como parte do componente curricular são as atividades que permeiam a matriz curricular, onde será possível relacionar os aspectos teóricos e práticos na construção do conhecimento, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos podendo desenvolver-se como:

I - Aulas Práticas: atividades executadas nos componentes curriculares na forma de ações práticas, oportunizando aos estudantes observar, testar e comprovar os conhecimentos.

II - Oficinas: atividades práticas propostas dentro de componentes curriculares, programas, projetos e ações de ensino, pesquisa e extensão, promovendo a troca de conhecimentos entre os envolvidos e capacitação, ou seja, é uma atividade com etapas

de início, meio e fim. As oficinas poderão ocorrer na forma de realização de experimentos nos quais os discentes vivenciam na prática atividades relacionadas ao exercício da profissão; por meio de minicursos e/ou workshops onde os participantes desenvolvam atividades práticas, melhorando as habilidades e competências do profissional; através de dinâmicas orientadas pelos docentes e técnicos administrativos, quando for o caso;

III - Visitas Técnicas: atividade didático-pedagógica supervisionada que tem por objetivo: proporcionar a interação dos discentes do IFC com o mundo do trabalho, processos e serviços in loco; propiciar o aprimoramento da formação profissional e pessoal; promover a ampliação do conhecimento de mundo; oportunizar o contato dos discentes com outros espaços de aprendizagem. É considerada visita técnica: visita a instituições públicas ou privadas; visita a empresas ou institutos de pesquisa, de serviços ou produção; visita a propriedades rurais ou locais públicos; participação de grupo de discentes em feira, congresso, seminário ou eventos similares.

IV - Simulações: as simulações são atividades que permitem vivenciar situações e problemas reais da atividades profissional. As simulações permitem experiências educativas e proporcionam aos estudantes oportunidades para repetição, reconhecimento de padrões, tomada de decisão, gerenciamento de crises, flexibilidade, uso do conhecimento factual, pensamento crítico, interação com a equipe, tempo resposta, habilidades de comunicação, planejamento, estratégia, decisões múltiplas e colaboração. A realização da simulação, embora possa ser considerada como estágio interno, não elimina a necessidade do estágio obrigatório.

As atividades previstas poderão ser prática profissional, desde que diretamente relacionados ao perfil profissional do curso.

O estágio não-obrigatório profissional supervisionado é uma prática profissional em situação real de trabalho e assumido como ato educativo no IFC, realizado em empresas e outras organizações públicas e privadas, à luz da legislação vigente e conforme diretrizes específicas editadas pelo Conselho Nacional de Educação.

4.2.5 Organização de tempos e do espaço

São considerados como espaços de ensino-aprendizagem os ambientes onde o sujeito vive suas práticas sociais, seja no campo, na cidade, na comunidade, no trabalho, nos presídios, nos hospitais, no território, nos campi e outros locais onde possam se realizar as práticas de ensino. Os tempos formativos da EJA-EPT atendem às especificidades da modalidade, à realidade local do público e sua relação com o mundo do trabalho.

O Curso de Qualificação Profissional (QP) em Assistente Administrativo integrado à Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio, adota o regime semestral. Sendo que a organização é uma disposição ordenada dos componentes curriculares pelo período de um semestre, com avaliação semestral e matrícula por componente.

4.2.6 Da mediação

A mediação está presente na perspectiva da escola cidadã, na qual o professor deixa de ter um caráter estático e passa a ter um caráter significativo para o estudante, tendo consequência no processo ensino-aprendizagem e na permanência dos estudantes na EJA-EPT. A mediação, no início de cada período letivo, permite atividades de reconhecimento do eu individual e das relações com o grupo.

A mediação será feita pelo docente de cada componente curricular, preferencialmente licenciado e/ou com experiência na EJA-EPT, de acordo com a proposta pedagógica prevista no PPC.

Caberá ao colegiado do Curso de Qualificação Profissional (QP) em Assistente Administrativo integrado à Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio, estabelecer a regulamentação das atividades de mediação.

A presença do docente como mediador permite o reconhecimento das trajetórias de vida (escolar/profissional), o qual socializa as informações com o grupo de professores que atuam na EJA-EPT, para que possam conhecer a trajetória de vida de cada jovem e adulto com os quais irão trabalhar, adaptando a proposta pedagógica à realidade do estudante.

O trabalho do professor como mediador visa, além do desenvolvimento do vínculo de afetividade, a facilitar as relações entre as diferentes áreas do conhecimento e as interligações entre os conteúdos.

O docente como mediador, durante as aulas, faz uso de anotações sobre as produções dos/das estudantes, dossiê, relatórios descritivos, de desempenho individual, entre outros, para obter elementos que visem ao acompanhamento do processo ensino - aprendizagem, discutindo - os com os docentes dos componentes curriculares e, caso necessário, em conjunto proporem estratégias visando à superação de dificuldades encontradas.

Em apoio ao docente, o curso prevê a atuação da coordenação de curso e da orientação educacional como formas de mediação. A coordenação do curso atuará na gestão acadêmica e administrativa, articulando com estudantes, docentes e equipes pedagógicas.

A orientação educacional conduzirá atividades de avaliação do processo de ensino aprendizagem a serem realizadas durante a oferta do curso.

4.2.7 Aproveitamento de estudos

O estudante que demonstrar a qualquer tempo aproveitamento no curso de EJA-EPT, fará jus à obtenção da correspondente certificação, com validade nacional, tanto para fins de habilitação na respectiva área profissional, quanto para atestar a conclusão do Ensino Médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior.

O Curso de Qualificação Profissional (QP) em Assistente Administrativo integrado à Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio, prevê o reconhecimento de conhecimentos e habilidades obtidas em processos formativos formais, não-formais e informais dos estudantes, o qual poderá ser realizado respeitando as seguintes condições:

I - Validação de componentes curriculares do Ensino Médio pela comprovação de aproveitamento na avaliação do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA, mediante apresentação de documentação comprobatória

para o Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (RACI) do IFC dentro do prazo estipulado em calendário acadêmico;

II - Aproveitamento de Estudos: os estudos realizados por estudantes em outras instituições de ensino nacionais ou estrangeiras ou em outros cursos do IFC são passíveis de aproveitamento. O aproveitamento de componentes curriculares somente se dará entre componentes curriculares cursados no mesmo nível de ensino. Além disso, o aproveitamento de estudos deve originar-se de cursos legalmente reconhecidos ou autorizados para que se proceda o aproveitamento. O requerimento do interessado, com a solicitação do aproveitamento de estudos, deve ser protocolado na RACI e instruído com:

(i) Histórico escolar original, no qual constem os componentes curriculares cursados com suas respectivas cargas horárias, frequência e resultados obtidos;

(ii) Programa dos componentes curriculares, contendo ementário cursados com aprovação;

(iii) Documento comprobatório de autorização ou reconhecimento do curso, quando realizado no Brasil. Quando se tratar de documento oriundo de instituição estrangeira, é obrigatória a tradução.

Os componentes curriculares devem ser registrados com código e carga horária dos seus correspondentes no IFC, com a menção de que foram aproveitados, sendo atribuídas nota, frequência e período letivo do deferimento. O pedido de aproveitamento de estudos é encaminhado ao coordenador do curso, que solicitará parecer do docente do componente curricular e submeterá à homologação do colegiado de curso. O docente e colegiado de curso devem analisar se o programa do componente curricular cursado na instituição de origem atende os objetivos da ementa e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária do componente a ser aproveitado. É permitida a combinação de mais de um componente curricular cursado na instituição de origem, ou de partes deles, para atender as condições de aproveitamento, sendo registrado no histórico escolar do estudante o resultado da média aritmética dos componentes aproveitados. Os componentes curriculares cursados no IFC que possuem equivalência registrada neste PPC, são aproveitados automaticamente de acordo com as informações constantes no sistema oficial de registro e controle acadêmico. Para estudos realizados no próprio IFC, quando os componentes curriculares não possuem equivalências previstas no PPC do curso, o

estudante pode solicitar aproveitamento ao coordenador de curso, de acordo com os prazos estabelecidos em calendário acadêmico.

III - Avaliação de Extraordinário Saber: a Avaliação do Extraordinário Saber é um instrumento de flexibilização curricular, que permite aos discentes a dispensa de cursar um ou mais componentes curriculares do curso EJA-EPT.

Constitui a Avaliação do Extraordinário Saber:

(i) A utilização de experiências vivenciadas pelo estudante fora da instituição, anterior à matrícula ou no decorrer do curso, que o tenham levado à apropriação de conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e,

(ii) A demonstração, por parte do estudante com elevado desempenho intelectual e/ou com altas habilidades, de profundo conhecimento do componente curricular do curso em que está matriculado.

São requisitos e condições para a solicitação da Avaliação de Extraordinário Saber:

(i) Requerer a Avaliação do Extraordinário Saber de componentes curriculares do curso no período letivo vigente, de acordo com o prazo expresso no calendário acadêmico.

(ii) É vedada a solicitação da Avaliação do Extraordinário Saber em componentes curriculares nos quais tenha sido reprovado, seja por frequência ou nota.

(iii) A Avaliação do Extraordinário Saber em cada componente curricular é concedida ao estudante apenas uma vez.

(iv) Não é concedido o direito à realização da Avaliação do Extraordinário Saber nos componentes curriculares de Projeto Integrador I, II, III e IV.

Os procedimentos para obtenção do Reconhecimento de Extraordinário Saber são:

(i) Encaminhar requerimento ao Coordenador do Curso, protocolando junto ao RACI, de acordo com o calendário acadêmico, justificando que possui os conhecimentos necessários para a solicitação de Avaliação de Extraordinário Saber.

(ii) A RACI encaminhará o requerimento para análise da Coordenação de Curso que decidirá pelo deferimento ou indeferimento das solicitações em até 5 (cinco) dias úteis.

(iii) Em caso de requerimento deferido, a Banca Examinadora será designada pelo Diretor Geral por meio de Portaria ou instância equivalente, por solicitação da Coordenação de Curso, e composta por 01 (um) membro da equipe pedagógica indicada pela DEPE e por 2 (dois) docentes de área correlata.

Cabe à Banca Examinadora:

(i) Estabelecer o programa da avaliação oral, prática ou escrita do desempenho, contendo conteúdos programáticos e referências bibliográficas básicas, devendo a avaliação ocorrer em até 30 (trinta) dias após o deferimento;

(ii) Definir as características e a duração das avaliações do estudante;

(iii) Definir critérios de avaliação oral, prática ou escrita do desempenho do estudante;

(iv) Elaborar e aplicar a avaliação oral, prática ou escrita e avaliar o desempenho do discente, atribuindo-lhe uma nota na escala de 0,0 (zero) a 10,0 (dez);

(v) Solicitar documentos comprobatórios de experiência prática, quando as atividades previstas na disciplina oferecerem riscos de segurança para o estudante e membros da banca;

(vi) Lavrar ata final do exame do desempenho extraordinário, onde constará a média aritmética das etapas avaliativas, nome do estudante e identificação do componente curricular, encaminhando-a juntamente com a avaliação corrigida, devidamente assinada por seus integrantes, à RACI, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após o resultado. A banca examinadora comunicará à Coordenação de Curso o resultado da avaliação;

(vii) A banca examinadora, ao definir o programa e a abrangência da avaliação de desempenho a ser aplicada, tomará como referência o estabelecido nos programas dos componentes curriculares nos quais o discente busca dispensa;

(viii) Caso haja mais de uma solicitação para o mesmo componente curricular a avaliação deve ocorrer de forma conjunta.

(ix) Na Avaliação do Extraordinário Saber a nota mínima para aprovação é definida de acordo com o sistema de avaliação do curso.

4.3 ATIVIDADES NÃO PRESENCIAIS

O Curso de Qualificação Profissional (QP) em Assistente Administrativo integrado à Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio é um curso presencial de 1440 horas. Das 1440 horas do curso, 300 horas (20%) são realizadas com atividades não presenciais. Estas atividades não presenciais são distribuídas igualmente entre os componentes curriculares do Ensino Médio.

Conforme a Organização Didática dos Cursos do IFC (Resolução no10/2021), entende-se por Ensino a Distância (EaD) a modalidade ou metodologia educacional na qual a mediação nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e docentes desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos.

O docente de cada componente curricular do Ensino Médio que possui horas não presenciais deve informar aos estudantes no início de cada ano letivo, bem como em seu Plano de Ensino, a organização das atividades não presenciais, como por exemplo: forma de disponibilização das atividades e interação, metodologia e recursos utilizados, objetivos, cronograma, critérios de avaliação e momentos de atendimento ao discente.

As horas de atividades não presenciais serão realizadas de forma assíncrona, em atividades desenvolvidas pelo estudante sem horário determinado, como por exemplo, efetuar leituras, assistir a vídeos gravados, acessar objetos de aprendizagem, participar de fóruns de discussão, efetuar pesquisas, exercícios etc. O registro das atividades não presenciais deve ser feito no diário de turma, com base no planejamento estabelecido para cada componente curricular. A frequência do estudante é registrada com a realização das atividades assíncronas disponibilizadas.

De acordo com a Organização Didática dos cursos do IFC (Resolução no 10/2021), os cursos de EJA integrados à Qualificação Profissional, não são condicionados a utilização do AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem, podendo as atividades não presenciais serem disponibilizadas em material digital ou impresso. Os professores que optarem pela utilização do AVA para disponibilizar os materiais de estudo e conteúdos, devem prever, em seu Plano de Ensino, os materiais, recursos e tecnologias apropriadas que permitam desenvolver a cooperação e a mediação entre estudantes e docentes, a

reflexão sobre os conteúdos, e a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional.

Vale ressaltar que, pelas características e especificidades dos sujeitos da EJA, o docente deve priorizar ambientes virtuais de aprendizagem que não impliquem dificuldades ou empecilhos de acesso e operacionalização pelos estudantes. Dado que as atividades não presenciais são distribuídas em todos os componentes curriculares, para evitar que o corpo docente estabeleça inúmeros e diversos instrumentos ou ferramentas tecnológicas para a realização dessas atividades, o colegiado deverá eleger, antes do início do ano letivo, as plataformas disponíveis para a realização de atividades não presenciais nos cursos de EJA-EPT, podendo ser elas: google classroom, youtube, google meet, entre outras.

O colegiado deverá privilegiar plataformas de fácil acesso e operacionalização pelos estudantes, principalmente aquelas que podem ser acessadas por celular smartphone. Para os alunos, será disponibilizado o Laboratório de Informática em horário agendado, para garantir o acesso à rede de computadores no *campus*, além dos computadores disponíveis na biblioteca que podem ser utilizados conforme dias e horários de funcionamento da mesma.

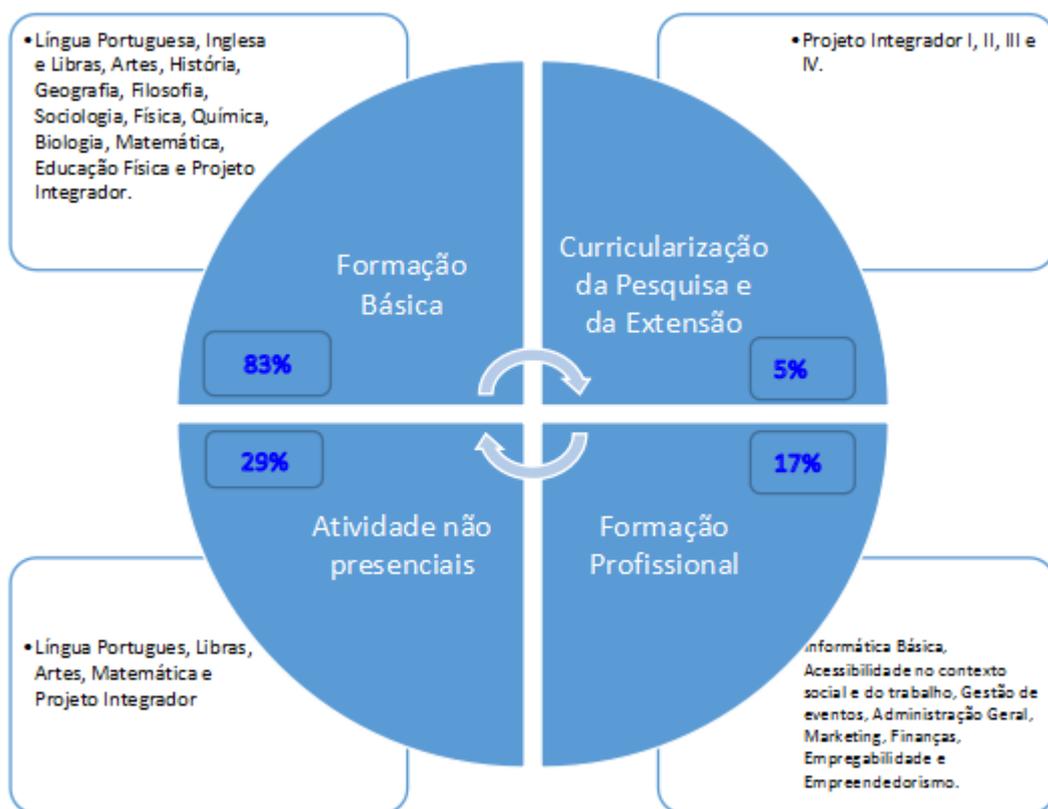
A Equipe Multidisciplinar, também denominada de Núcleo de Educação à Distância (NEaD) do *campus*, constituída por profissionais de diferentes áreas do conhecimento e instituída por portaria, é responsável pelo acompanhamento técnico-pedagógico da EaD, com plano de ação documentado e processos de trabalho formalizados, nos componentes curriculares que preveem EaD.

As atividades de docência na EaD compreendem a mediação pedagógica, inclusive em momentos presenciais, a seleção e produção do conteúdo, recursos e materiais didáticos. A mediação pedagógica na EaD define-se pela atuação docente no processo de ensino a distância, esclarecendo dúvidas, promovendo espaços de construção colaborativa do conhecimento, participando de processos avaliativos, orientando e corrigindo atividades, entre outras. Nas atividades de mediação, os conteúdos, recursos e materiais didáticos devem ser avaliados periodicamente pelos estudantes e equipe multidisciplinar, embasando ações de aperfeiçoamento para o planejamento de atividades futuras. A infraestrutura estabelecida e disponível para os estudantes e docentes deve prever suporte tecnológico, científico e instrumental aos componentes curriculares que possuem horas em EaD, como computadores para acesso

ao AVA e laboratórios de informática. A oferta de atividades EaD visa diminuir a evasão dos discentes, pois permite a flexibilização do currículo e a realização de atividades no ambiente virtual no tempo e em espaço definido pelo aluno.

4.4 MATRIZ CURRICULAR

MATRIZ CURRICULAR – EJA-EPT ASSISTENTE ADMINISTRATIVO							
Componentes Curriculares	Carga Horária/Período PRESENCIAL				Ativ.	Curriculari zação da	Carga Horária / Discip.
	1º ANO		2º ANO		Não Pres.	Pesquisa e	
	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	EaD	Extensão	
Língua Portuguesa I		60			30		90
Língua Portuguesa II				60			60
Língua Inglesa		30					30
Libras		30			30		60
Artes	30				30		60
História	60						60
Geografia				60			60
Filosofia				30			30
Sociologia		30					30
Física			60				60
Química			60				60
Biologia			60				60
Matemática I	60				30		90
Matemática II		30			30		60
Matemática III				30	30		60
Educação Física	30						30
Projeto Integrador 1	15				60	60	75
Projeto Integrador 2		15			60	4	75
Projeto Integrador 3			15		60	4	75
Projeto Integrador 4				15	60	4	75
Total - Ensino Médio	195	195	195	195	420	72	1200
Informática Básica	30						30
Acessibilidade no contexto social e do trabalho		30					30
Gestão de eventos			30				30
Administração Geral	30						30
Marketing				30			30
Finanças				30			30
Empregabilidade			30				30
Empreendedorismo		30					30
Total - Qualificação Profissional	60	60	60	60			240
TOTAL DO CURSO	255	255	255	255	420	72	1440



4.5 EMENTÁRIO

PROPEDÊUTICO	
Língua Portuguesa I	
Ementa: Língua padrão e variação linguística. Análise, interpretação, leitura e produção textual. Coerência e coesão em textos orais e escritos. Aspectos gramaticais relevantes: pontuação, ortografia, acentuação. Técnica e prática de oratória: seminário.	
Bibliografia básica: BECHARA, E. <i>Moderna gramática portuguesa</i> . 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. BOSI, A. <i>História concisa da literatura brasileira</i> . 49. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e compreender: os sentidos do texto</i> . 3.ed. São Paulo: Contexto, 2011.	
Bibliografia complementar: CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i> . 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. DIONISIO, A. P. (org.) <i>et al. Gêneros textuais e ensino</i> . 5.ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010. FARACO, C. A. <i>Oficina de texto</i> . 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. <i>Para entender o texto: leitura e redação</i> . 16. ed. São Paulo: Ática, 2003. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. <i>A coerência textual</i> . 18. ed. São Paulo: Contexto, 2011.	
Língua Portuguesa II	
Ementa: Estudos dos gêneros e tipos textuais. Concordância nominal e verbal. Compreensão textual. Leitura e análise textual. Oratória: como falar em público. Produção textual.	
Bibliografia básica: BECHARA, E. <i>Moderna gramática portuguesa</i> . 37. ed. rev., ampl. e atual. conforme o novo acordo ortográfico. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. BOSI, A. <i>História concisa da literatura brasileira</i> . 49. ed. São Paulo: Cultrix, 2013. KOCH, I. G. V.; ELIAS, V. M. <i>Ler e compreender: os sentidos do texto</i> . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2011.	
Bibliografia complementar: CUNHA, C.; CINTRA, L. F. L. <i>Nova gramática do português contemporâneo</i> . 6. ed. rev. Rio de Janeiro: Lexikon, 2013. DIONISIO, A. P. (org.) <i>et al. Gêneros textuais e ensino</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2010. FARACO, C. A. <i>Oficina de texto</i> . 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. FIORIN, J. L.; SAVIOLI, F. P. <i>Para entender o texto: leitura e redação</i> . 16. ed. São Paulo: Ática, 2003. KOCH, I. G. V.; TRAVAGLIA, L. C. <i>A coerência textual</i> . 18. ed. São Paulo: Contexto, 2011.	
Língua Inglesa	
Ementa: A importância da Língua Inglesa. Estratégias de leitura em língua inglesa. Aspectos culturais de países falantes da língua inglesa. Vocabulário técnico na área de administração. Pronomes. Adjetivos. Tempos verbais. Uso de recursos on-line (ferramentas de tradução, exercícios em sites, jogos educativos e dicionários). Temas transversais.	
Bibliografia básica: MUNHOZ, R. <i>Inglês Instrumental: estratégias de leitura</i> . São Paulo: Texto, 2000. RICHARDS, J. C. <i>Interchange Intro, 3 ed.</i> Cambridge: Cambridge University Press, 2004. SANTOS, D. <i>Ensino de língua inglesa: foco em estratégias</i> . Barueri: Disal, 2012.	
Bibliografia complementar: GUANDADALINI, E. O. <i>Técnicas de leitura em Inglês I e II</i> . São Paulo: Textonovo, 2002. MICHAELIS. <i>Dicionário escolar inglês: inglês-português, português-inglês</i> . 2. ed. São Paulo, SP: Melhoramentos, 2008. MURPHY, R. <i>Basic Grammar in Use</i> , 3. ed. Cambridge: CUP, 2010. OXFORD DICTIONARY. <i>Dicionário Oxford Escolar para Estudantes Brasileiros de Inglês</i> . Nova Edição Revisada com CD-Rom. Oxford: Oxford University Press, 2009. SCHUMACHER, C. <i>Inglês urgente! para brasileiros - novas soluções simples e práticas para comunicação</i>	

<i>empresarial nos negócios</i> , Rio de Janeiro: Altas Books 2009.	
Libras	
Ementa: História da educação de surdos. Reflexões sobre o surdo, a sociedade e a Libras. Estudo da cultura surda. Estudos da legislação referente à comunidade surda. Discussão sobre as formas de abordagem ao surdo. Estudo do léxico da língua. Dêiticos. Introdução à fonologia da Língua Brasileira de Sinais. Temas transversais.	
Bibliografia básica: SALLES, H. M. L. <i>Ensino de língua portuguesa para surdos</i> : [Recurso eletrônico]. Brasília, DF: MEC, 2004. FELIPE, T. A. <i>Libras em contexto: curso básico - livro do estudante</i> . Brasília, DF: MEC, 2007. QUADROS, R. M.; KARNOPP, L. <i>Língua de sinais brasileira: estudos lingüísticos</i> . Porto Alegre: Artmed, 2004. CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D.; MAURICIO, A. C. L. (Ed.) <i>Novo deit-libras: dicionário enciclopédico ilustrado trilingüe da língua de sinais brasileira, baseado em linguística e neurociências cognitivas</i> . 2. ed. São Paulo: Edusp, 2012.	
Bibliografia complementar: VELOSO, E.; MAIA FILHO, V. <i>Aprenda libras com eficiência e rapidez</i> . Curitiba: MãosSinais, 2009. LIRA, G. A.; SOUZA, T. A. F. <i>Dicionário da língua brasileira de sinais: libras</i> . Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2005. 1 CD-ROM LIRA, G. A.; SOUZA, T. A. F. <i>Dicionário da língua brasileira de sinais: libras</i> . Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Educação de Surdos, 2006. 1 CD-ROM COELHO, K. S.; SILVEIRA, M. D. D.; MABBA, J. P. <i>Língua brasileira de sinais: libras, caderno de estudos</i> . Indaial: Asselvi, 2012. HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. E. <i>Livro ilustrado de língua brasileira de sinais: desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez: livro 1</i> . São Paulo: Ciranda Cultural, 2009.	
Artes	
Ementa: História da Arte e estética. Apreciação artística: fruição e desenvolvimento de reflexão crítica a partir da linguagem específica de domínio do professor, buscando pontos de tangência com as demais linguagens artísticas. Arte brasileira. Estudo das heranças artísticas das matrizes formadoras da cultura brasileira. A arte como conhecimento, expressão, produção humana, social e cultural. A produção artística e os processos criativos. Temas transversais.	
Bibliografia básica: BENNET, R. <i>Elementos básicos da música</i> . Tradução Maria Tereza Rezende. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 1990. BENNET, R. <i>Uma breve história da música</i> . Tradução Maria Tereza Rezende. Rio de Janeiro: Zahar Editora, 2007. MED, B. <i>Teoria da música</i> . Brasília: Musimed, 1996.	
Bibliografia complementar: PUCCI, M. D.; ALMEIDA, M. B. <i>Outras terras, outros sons</i> . São Paulo: Callis, 2014. REIS, S. L. F. <i>Educação artística: introdução à história da arte</i> . 2. ed., rev. e aum. Belo Horizonte: UFMG, 1993. SCHAFER, R. M. <i>O ouvido pensante</i> . Tradução Marisa T. Fonterrada. São Paulo: UNESP, 1991. SWANWICK, K. <i>Ensinando música musicalmente</i> . São Paulo: Moderna, 2003. TINHORÃO, J. R. <i>História Social da Música Popular Brasileira</i> . São Paulo: Editora 34, 1990.	
História	
Ementa: Conceito de História e de temporalidade. Fontes históricas em contextos socioculturais. A análise de fontes e sua historicidade. A construção histórica das sociedades e seus processos de trabalho no tempo. A formação cultural e as relações entre as sociedades. A História do Brasil e do Mundo. A história diante dos movimentos revisionistas. Temas transversais.	
Bibliografia básica: AZEVEDO, G.C.; SERIACOPI, R. <i>História em movimento</i> . São Paulo: Ática, 2010. PETTA, N.L de.; OJEDA, E.A. B. <i>História uma abordagem integrada</i> . 2.ed. São Paulo: Moderna, 2003. UNESCO. <i>História geral da África, II: África antiga</i> , 2.ed. rev. Brasília : UNESCO, 2010. 8 vol. (Coleção História Geral da África da UNESCO).	
Bibliografia complementar:	

<p>ARAÚJO, H. R. <i>A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis, na primeira república</i>. 1989. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.</p> <p>AQUINO, R. S. L. F.; LOPES, D. A.; CAMPOS, O. G. P. <i>História das sociedades: das comunidades primitivas as sociedades medievais</i>. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.</p> <p>BOSSLE, O. P. <i>História da industrialização catarinense: das origens à integração no desenvolvimento brasileiro</i>. Florianópolis: CNI/FIESC, 1988.</p> <p>SCHWANKE, C. (Org.). <i>Ambiente: conhecimentos e práticas</i>. Porto Alegre: Bookman, 2013.</p> <p>VICENTINO, C. <i>História: memória viva</i>. São Paulo: Scipione, 2002.</p>	
Geografia	
<p>Ementa: O território brasileiro e sua constituição. Localização no espaço mundial. Divisão regional e fluxos econômicos nacionais. Demografia, dinâmica populacional e indicadores sociais. Organização econômica do meio rural e do meio urbano. Urbanização, industrialização e redes de transporte. A organização do espaço geográfico mundial. Evolução econômica do capitalismo séculos XX e XXI. Economia mundial e globalização. Geopolítica contemporânea e as ordens mundiais. Blocos econômicos e países centrais, emergentes e periféricos. Paisagens naturais mundiais. Desenvolvimento econômico e meio ambiente. Geografia de Santa Catarina - Aspectos Ambientais, Dinâmica Populacional e Formação dos Espaços Regionais. Temas transversais.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>GARCIA, H.; ALMEIDA, M. <i>Geografia global</i>. Vol. 2. São Paulo: Escala Educacional, 2013.</p> <p>JOIA, A. L.; GOETTEMES, A. A. <i>Geografia: leituras e interpretação</i>. Vol. 2. São Paulo: Leya, 2013.</p> <p>MARTINEZ, R.; GARCIA, W. <i>Novo olhar - geografia</i>. Vol. 2. São Paulo: FTD, 2013.</p> <p>MAGNOLI, D. <i>Geografia para o ensino médio</i>. Vol. 2. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>SENE, E.; MOREIRA, J. C. <i>Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização</i>. vol. 2. São Paulo: Scipione, 2013.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>INSTITUTO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). <i>Atlas geográfico escolar</i>. Rio de Janeiro, 2009.</p> <p>LUCCI, E. A.; BRANCO, A. L.; MENDONÇA, C. <i>Território e sociedade no mundo globalizado</i>. Vol. 3, 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.</p> <p>RIGOLIN, T. B.; ALMEIDA, L. M. A. <i>Fronteiras da globalização</i>. São Paulo: Ática, 2011.</p> <p>SANTOS, M.; SILVEIRA, M.L. <i>O Brasil: território e sociedade no início do século XXI</i>. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003.</p>	
Filosofia	
<p>Ementa: O que é filosofia; a atitude filosófica. A origem da filosofia. Os primeiros filósofos. A Filosofia na história. O conhecimento; a ciência. Filosofia moral e ética aplicada. Problemas atuais de Filosofia. Temas transversais.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>ARANHA, M. L. A. <i>Filosofando: introdução à filosofia</i>. 6. ed. São Paulo: Moderna, 2016.</p> <p>CHAUÍ, M. <i>Iniciação à filosofia</i>. 2. ed. São Paulo: Ática, 2014.</p> <p>GALLO, S. <i>Filosofia: experiência do pensamento</i>. São Paulo: Scipione, 2013.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>COTRIM, G.; FERNANDES, M. G. <i>Filosofar</i>. São Paulo: Saraiva, 2010.</p> <p>GAARDER, J. <i>Mundo de Sofia: Romance da história da filosofia</i>. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.</p> <p>MEIER, C. <i>Filosofia: por uma inteligência da complexidade</i>. 2. ed. Belo Horizonte: PAX editora e distribuidora, 2014.</p> <p>REALE, G.; ANTISERI, D. <i>História da filosofia</i>. Vol. 1 a 7. São Paulo: Paulus, 2005.</p>	

(Coleção História da Filosofia).	
Sociologia	
Ementa: Contexto histórico do surgimento da Sociologia como ciência. O homem como ser social e o processo de socialização. Cultura, trabalho e sociedade. O trabalho na sociedade moderna capitalista. Os processos de racionalização e gestão da produção. Os impactos sociais das tecnologias. As desigualdades sociais, estratificação e as classes sociais. Temas transversais.	
Bibliografia básica: ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. L. <i>Sociologia</i> . São Paulo: Scipione, 2013. GIDDENS, A. <i>Sociologia</i> . Porto Alegre: Artmed, 2005. TOMAZI, N. D. <i>Sociologia para o ensino médio</i> . 4. ed. São Paulo: Atual, 2014.	
Bibliografia complementar: BUCCI, E. <i>A superindústria do imaginário: como o capital transformou o olhar em trabalho e se apropriou de tudo que é visível</i> . São Paulo: Autêntica Editora, 2021. (e-book) COSTA, C. <i>Sociologia: introdução a ciência da sociedade</i> . 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010. OLIVEIRA, P. S. <i>Introdução à sociologia</i> . 8. ed. São Paulo: Ática, 1994. SANTOS, M. <i>Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal</i> . 23. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013. SELL, C. E. <i>Sociologia clássica: Marx, Durkheim e Weber</i> . 6. ed., rev. e atual. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014. (Coleção Sociologia).	
Física	
Ementa: Introdução à física. Conhecimento científico e espontâneo da natureza. Dinâmica do movimento. Energia: conservação e suas transformações. Introdução a calorimetria. Elementos de ondulatória. Natureza da Luz. Eletricidade e magnetismo. Eletromagnetismo. Física integrada/aplicada a formação profissional. Temas transversais.	
Bibliografia básica: GASPAR, A. <i>Física Série Brasil - Ensino Médio / Volume Único</i> . São Paulo: Ática, 2011. MÁXIMO, A.; ALVARENGA, B. <i>Curso de Física</i> , Vol. 1. São Paulo: Scipione, 2012. ROCHA, J.; VISNECK, R. <i>Física</i> , Vol. 1. Curitiba: OPET, 2005.	
Bibliografia complementar: BLAIDI, S. <i>et al. Conexões com a física</i> . Vol. 2. 2. ed. São Paulo. Moderna, 2013. LUZ, A. M. R.; ALVARENGA, B. G. <i>Física</i> . Volume único). São Paulo: Scipione, 2008. PARANÁ, D. N. S. <i>Física</i> (volume único). 3.ed. São Paulo: Moderna, 2006. PIETROCOLA, Maurício; <i>et al. Física em Contextos</i> . São Paulo: Brasil, 2016. Vol. 2 SILVA, C. X.; BARRETO FILHO, B. <i>Física aula por aula</i> , vol. 1. São Paulo: FTD, 2010.	
Química	
Ementa: Introdução a Química geral. Composição e transformação dos sistemas materiais. Estrutura atômica. Classificação periódica dos elementos. Ligações químicas. Geometria molecular. Reações inorgânicas. Massa atômica e massa molecular, fórmulas mínima, percentual e molecular. Soluções. Termoquímica. Cinética química. Introdução à química orgânica. Hidrocarbonetos. Funções orgânicas (oxigenadas e nitrogenadas). Reações orgânicas. Temas transversais.	
Bibliografia básica: CARVALHO, G. C.; SOUZA, C. L. <i>Química: de olho no mundo do trabalho</i> , São Paulo: Scipione, 2003. Vol. Único. MORTIMER, E. F.; MACHADO, A. H. <i>Química para o ensino médio: [volume único, com questões do ENEM]</i> . São Paulo: Scipione. 2002. (Série Parâmetros.).	
Bibliografia complementar: CARVALHO, G. C. <i>Química para o Ensino Médio</i> . São Paulo: Scipione, 2004. FONSECA, M. R. M. <i>Química para o Ensino Médio</i> . São Paulo: Ática, 2013. Vol 1. MORTIMER, E. F.; MACHADO, A. H. <i>Química</i> . São Paulo: Scipione, 2005. Vol. único. SARDELLA, A. <i>Química: volume único</i> . 5. ed. reform. São Paulo: Ática, 2003.	
Biologia	

Ementa: Introdução a citologia. Bases da ecologia. Reflexões sobre as teorias evolutivas. Caracterização do material genético e entendimento dos mecanismos da hereditariedade. Temas transversais.	
Bibliografia básica: AMABIS, J. M. <i>Biologia</i> . 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. LAURENCE, J. <i>Biologia</i> . São Paulo: Nova Geração, 2005. LINHARES, S. <i>Biologia</i> : São Paulo: Ática, 2005.	
Bibliografia complementar: AMABIS, J. M.; MARTHO, G. R. <i>Biologia em contexto: a diversidade dos seres vivos</i> . São Paulo: Moderna, 2013. Vol. 1. LINHARES, S.; GEWANDSZNAJDER, F.; PACCA, H. <i>Biologia hoje</i> . Vol. 1. 3. ed. São Paulo: Ática, 2016. MACHADO, S. <i>Biologia: de olho no mundo do trabalho</i> . Volume único. São Paulo: Scipione, 2003. PAULINO, W. R. <i>Biologia: citologia e histologia</i> . Vol.1. São Paulo: Ática, 2005. ROBERTIS, E. M. F.; HIB, J. <i>Bases da biologia celular e molecular</i> . Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006. 4. ed. Vol. 1.	
Matemática I	
Ementa: Conjuntos numéricos. Equação do 1º e 2º Grau. Estatística. Probabilidade discreta. Temas transversais.	
Bibliografia básica: DOLCE, O.; POMPEO, J. <i>Fundamentos de matemática elementar: Geometria plana</i> . 8. ed. Vol. 9. São Paulo: Atual, 2005. GIOVANNI, J. R. BONJORNIO, J. R. GIOVANNI JR., R. <i>Matemática completa</i> . São Paulo: FTD, 2002. SPINELLI, W.; QUEIROZ, M. H. S. <i>Matemática comercial e financeira</i> . São Paulo: Ática, 1986.	
Bibliografia complementar: CRESPO, A. A. <i>Estatística fácil</i> . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. DANTE, L. R. <i>Matemática: contexto e aplicações</i> . São Paulo: Ática, 2002. HAZZAN, S. <i>Fundamentos de matemática elementar: combinatória e probabilidade</i> . 5. São Paulo: Atual, 1993. IEZZI, G. <i>Funções</i> . Vol 1. São Paulo: Atual, 1999. IEZZI, G. <i>et al. Matemática volume único</i> . São Paulo: Atual, 2011.	
Matemática II	
Ementa: Potenciação e radiciação. Funções. Área e volumes. Temas transversais.	
Bibliografia básica: DOLCE, O.; POMPEO, J. <i>Fundamentos de matemática elementar: geometria plana</i> . 8. ed. Vol. 9. São Paulo: Atual, 2005. GIOVANNI, J. R.; BONJORNIO, J. R.; GIOVANNI JR., R. <i>Matemática completa</i> . São Paulo: FTD, 2002. SPINELLI, W.; QUEIROZ, M. H. S. <i>Matemática comercial e financeira</i> . São Paulo: Ática, 1986.	
Bibliografia complementar: CRESPO, A. A. <i>Estatística fácil</i> . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. DANTE, L. R. <i>Matemática: Contexto e aplicações</i> . São Paulo: Ática, 2002. HAZZAN, S. <i>Fundamentos de matemática elementar: combinatória e probabilidade</i> . 5. ed. São Paulo: Atual, 1993. IEZZI, G. <i>Funções</i> . Vol. 1. São Paulo: Atual, 1999. IEZZI, G. <i>et al. Matemática: volume único</i> . São Paulo: Atual, 2011.	
Matemática III	
Ementa: Razão, proporção, regra de três simples e composta. Porcentagem, acréscimos e decréscimos sucessivos. Juros simples e composto. Desconto simples e composto. Temas trasnversais.	
Bibliografia básica: DOLCE, O.; POMPEO, J. <i>Fundamentos de matemática elementar: geometria plana</i> . 8. ed. Vol. 9. São Paulo: Atual, 2005. GIOVANNI, J. R.; BONJORNIO, J. R.; GIOVANNI JR., J. R. <i>Matemática completa</i> . São Paulo: FTD, 2002. SPINELLI, W.; QUEIROZ, M. H. S. <i>Matemática comercial e financeira</i> . São Paulo: Ática, 1986.	

Bibliografia complementar: CRESPO, A. A. <i>Estatística fácil</i> . 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. DANTE, L. R. <i>Matemática: contexto e aplicações</i> . São Paulo: Ática, 2002. HAZZAN, S. <i>Fundamentos de matemática elementar: combinatória e probabilidade</i> . 5. Ed. São Paulo: Atual, 1993. IEZZI, G. <i>Funções</i> . Vol. 1. São Paulo: Atual, 1999. IEZZI, G. <i>et al. Matemática: volume único</i> . São Paulo: Atual, 2011.	
Educação Física	
Ementa: Composição corporal. Estudo da cultura corporal: jogos, atividades rítmicas, lutas, ginástica e esportes individuais e coletivos. Jogos e brincadeiras. Exercício físico e saúde. Ciência do treinamento (fisiologia do exercício). Biomecânica aplicada ao treinamento e esporte. Princípios do condicionamento físico. Aptidão física. Esportes coletivos e individuais. Esportes alternativos. Atividades recreativas. Exercício físico e saúde. Temas transversais.	
Bibliografia básica: BRASIL. <i>Parâmetros curriculares nacionais</i> . Brasília: MEC/SEF, 2002. BROTTTO, F. O. <i>Jogos cooperativos: o jogo e o esporte como exercício de convivência</i> . Santos: Projeto Cooperação, 2001. GRECO, P. J.; BENDA, R. N. <i>Iniciação esportiva universal</i> . Belo Horizonte: UFMG, 1998. KRÖGER, C. <i>Escola da bola: um ABC para iniciantes nos jogos esportivos</i> . São Paulo: Phorte, 2005. MATTOS, M. G. <i>Educação física na adolescência: construindo o conhecimento na escola</i> . São Paulo: Phorte Editora, 2000.	
Bibliografia complementar: AMERICAN COLLEGE OF SPORTS MEDICINE. <i>Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição</i> . Rio de Janeiro: Guanabara, 2014. BETTI, M. <i>Educação física escolar: ensino e pesquisa-ação</i> . Ijuí: Unijuí, 2013. CARVALHO, J. S. (org.). <i>Educação, cidadania e direitos humanos</i> . Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. COLL, C.; POZO, J. I.; SARABIA, B.; VALLS, E. <i>Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes</i> . Porto Alegre: Artes Médicas, 2000. DAÓLIO, J. <i>Cultura, educação física e futebol</i> . Campinas: UNICAMP, 1997. MARCELLINO, N. C. <i>Estudos do lazer: uma introdução</i> . 5. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2012. REVERDITO, R. S.; SCAGLIA, A. J.; MONTAGNER, P. C. (Org.). <i>Pedagogia do esporte: aspectos conceituais da competição e estudos aplicados</i> . São Paulo: Phorte, 2013. SOARES, C. L. <i>et al. Metodologia do ensino de educação física</i> . São Paulo: Cortez, 1992.	

Projeto Integrador I	
Ementa: Temas transversais. Educação a distância. Moodle. Trabalho em equipe. Metodologia científica. Projetos. Elaboração, execução e apresentação de um projeto integrador que integre de maneira interdisciplinar conteúdos abordados no primeiro semestre tendo como desafio os temas transversais: educação alimentar e nutricional e processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso.	
Bibliografia básica: AMERICO JUNIOR, ELSTON ; RADVANSKEI, IZIQUEL ANTÔNIO . <i>Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena</i> . Contentus, 2020. BONILHA, LAÍS KOOP . <i>Bases de química dos alimentos: caminhos para o ensino de saúde alimentar</i> . Editora Intersaberes, 2021. BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: < www.abnt.org.br >. CARVALHO, MALÔ ; ARMANI, SUZETE. <i>Gente vai pra lá, gente vem pra cá: e todos têm direito a um trânsito seguro</i> . Autêntica infantil e juvenil, 2014. CHICARINO, TATHIANA (Org.). <i>Educação em direitos humanos</i> . Editora Pearson 2016 FALCÃO, DEUSIVANIA VIEIRA DA SILVA . <i>A família e o idoso: desafios da contemporaneidade</i> . Papyrus Editora, 2015. LOPES, VALDILSON APARECIDO. <i>Educação para o trânsito e prevenção de acidentes</i> . Contentus, 2020. MELO, MILENA BARBOSA DE. <i>Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais</i> . Editora Intersaberes, 2021. MUNHOZ, Antonio Siemens. <i>Aprendizagem ativa via tecnologias</i> . Editora Intersaberes, 2019. ROCHA, Daiana Garibaldi da (org.). <i>Aprendizagem digital: curadoria, metodologias e ferramentas para o</i>	

<p>novo contexto educacional. Porto Alegre: Penso, 2021.</p> <p>TAJRA, SANMYA FEITOSA . <i>Desenvolvimento de Projetos Educacionais</i>. Érica: São Paulo, 2014.</p> <p>TEIXEIRA, EVILÁZIO FRANCISCO BORGES . <i>Dignidade da pessoa humana e o direito das crianças e dos adolescentes</i>. Editora EdIPUC-RS, 2021.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BIAZZI, Fábio de. <i>Lições essenciais sobre liderança e comportamento organizacional</i>. 2. ed. Editora Labrador, 2022.</p> <p>DIAS, GENEVALDO FREIRE . <i>Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental</i>. Global Editora, 2015.</p> <p>FELIZARDO, Aloma Ribeiro. <i>Cyberbullying e o Círculo de Diálogo Respeitoso: a incrível ferramenta em que os alunos realizam a prevenção</i>. Editora Intersaberes, 2021.</p> <p>GUIMARÃES, MAURO. <i>A dimensão ambiental na educação</i>. Papirus Editora, 2022.</p> <p>GUIMARÃES, MAURO (ORG.). <i>Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação</i>. Papirus Editora, 2022.</p> <p>KOLBE JÚNIOR, ARMANDO . <i>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</i>. Contentus, 2020.</p> <p>LEITE, LILIAN IANKE . <i>Proteção integral à infância e à juventude marcos regulatórios do ECA</i>. Contentus, 2020.</p> <p>MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. <i>Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil</i>. - 1ª Edição. Editora Intersaberes, 2012.</p> <p>MATTAR, João. <i>Guia de Educação a Distância</i>. first edition. Brazil: 1 online resource.</p> <p>MUNHOZ, Antonio Siemsen. <i>O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático</i>. Curitiba: InterSaber, 2013.</p> <p>RODRIGUES, Eli. <i>21 Erros Clássicos da Gestão de Projetos</i>. Editora Brasport, 2014.</p> <p>SPANHOL, FERNANDO JOSÉ ; FARIAS, GIOVANNI FERREIRA DE; SOUZA, MÁRCIO VIEIRA DE. <i>EAD, PBL e desafio da educação em rede: metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador</i>. Editora Blucher, 2018.</p>

Projeto Integrador II	
<p>Ementa: Temas transversais. Educação a distância. Moodle. Trabalho em equipe. Metodologia científica. Projetos. O desafio do segundo projeto será norteado para os temas transversais: educação ambiental e educação para o trânsito.</p>	
<p>Bibliografia básica:</p> <p>AMERICO JUNIOR, ELSTON ; RADVANSKEI, IZIQUEL ANTÔNIO . <i>Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena</i>. Contentus, 2020.</p> <p>BONILHA, LAÍS KOOP . <i>Bases de química dos alimentos: caminhos para o ensino de saúde alimentar</i>. Editora Intersaberes, 2021.</p> <p>BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: <www.abnt.org.br>.</p> <p>CARVALHO, MALÔ ; ARMANI, SUZETE. <i>Gente vai pra lá, gente vem pra cá: e todos têm direito a um trânsito seguro</i>. Autêntica infantil e juvenil, 2014.</p> <p>CHICARINO, TATHIANA (Org.). <i>Educação em direitos humanos</i>. Editora Pearson 2016</p> <p>FALCÃO, DEUSIVANIA VIEIRA DA SILVA . <i>A família e o idoso: desafios da contemporaneidade</i>. Papirus Editora, 2015.</p> <p>LOPES, VALDILSON APARECIDO. <i>Educação para o trânsito e prevenção de acidentes</i>. Contentus, 2020.</p> <p>MELO, MILENA BARBOSA DE. <i>Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais</i>. Editora Intersaberes, 2021.</p> <p>MUNHOZ, Antonio Siemsen. <i>Aprendizagem ativa via tecnologias</i>. Editora Intersaberes, 2019.</p> <p>ROCHA, Daiana Garibaldi da (org.). <i>Aprendizagem digital: curadoria, metodologias e ferramentas para o novo contexto educacional</i>. Porto Alegre: Penso, 2021.</p> <p>TAJRA, SANMYA FEITOSA . <i>Desenvolvimento de Projetos Educacionais</i>. Érica: São Paulo, 2014.</p> <p>TEIXEIRA, EVILÁZIO FRANCISCO BORGES . <i>Dignidade da pessoa humana e o direito das crianças e dos adolescentes</i>. Editora EdIPUC-RS, 2021.</p>	
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BIAZZI, Fábio de. <i>Lições essenciais sobre liderança e comportamento organizacional</i>. 2. ed. Editora Labrador, 2022.</p> <p>DIAS, GENEVALDO FREIRE . <i>Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental</i>. Global Editora, 2015.</p>	

<p>FELIZARDO, Aloma Ribeiro. <i>Cyberbullying e o Círculo de Diálogo Respeitoso: a incrível ferramenta em que os alunos realizam a prevenção</i>. Editora Intersaberes, 2021.</p> <p>GUIMARÃES, MAURO. <i>A dimensão ambiental na educação</i>. Papyrus Editora, 2022.</p> <p>GUIMARÃES, MAURO (ORG.). <i>Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação</i>. Papyrus Editora, 2022.</p> <p>KOLBE JÚNIOR, ARMANDO. <i>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</i>. Contentus, 2020.</p> <p>LEITE, LILIAN IANKE. <i>Proteção integral à infância e à juventude marcos regulatórios do ECA</i>. Contentus, 2020.</p> <p>MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. <i>Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil</i>. - 1ª Edição. Editora Intersaberes, 2012.</p> <p>MATTAR, João. <i>Guia de Educação a Distância</i>. first edition. Brazil: 1 online resource.</p> <p>MUNHOZ, Antonio Siemens. <i>O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático</i>. Curitiba: InterSaber, 2013.</p> <p>RODRIGUES, Eli. <i>21 Erros Clássicos da Gestão de Projetos</i>. Editora Brasport, 2014.</p> <p>SPANHOL, FERNANDO JOSÉ ; FARIAS, GIOVANNI FERREIRA DE; SOUZA, MÁRCIO VIEIRA DE. <i>EAD, PBL e desafio da educação em rede: metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador</i>. Editora Blucher, 2018.</p>
--

Projeto Integrador III
<p>Ementa: Temas transversais. Educação a distância. Moodle. Trabalho em equipe. Metodologia científica. Projetos. O desafio do terceiro projeto será norteado para os temas transversais: educação em direitos humanos e educação digital.</p>
<p>Bibliografia básica:</p> <p>AMERICO JUNIOR, ELSTON ; RADVANSKEI, IZIQUEL ANTÔNIO. <i>Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena</i>. Contentus, 2020.</p> <p>BONILHA, LAÍS KOOP. <i>Bases de química dos alimentos: caminhos para o ensino de saúde alimentar</i>. Editora Intersaberes, 2021.</p> <p>BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: <www.abnt.org.br>.</p> <p>CARVALHO, MALÔ ; ARMANI, SUZETE. <i>Gente vai pra lá, gente vem pra cá: e todos têm direito a um trânsito seguro</i>. Autêntica infantil e juvenil, 2014.</p> <p>CHICARINO, TATHIANA (Org.). <i>Educação em direitos humanos</i>. Editora Pearson 2016</p> <p>FALCÃO, DEUSIVANIA VIEIRA DA SILVA. <i>A família e o idoso: desafios da contemporaneidade</i>. Papyrus Editora, 2015.</p> <p>LOPES, VALDILSON APARECIDO. <i>Educação para o trânsito e prevenção de acidentes</i>. Contentus, 2020.</p> <p>MELO, MILENA BARBOSA DE. <i>Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais</i>. Editora Intersaberes, 2021.</p> <p>MUNHOZ, Antonio Siemens. <i>Aprendizagem ativa via tecnologias</i>. Editora Intersaberes, 2019.</p> <p>ROCHA, Daiana Garibaldi da (org.). <i>Aprendizagem digital: curadoria, metodologias e ferramentas para o novo contexto educacional</i>. Porto Alegre: Penso, 2021.</p> <p>TAJRA, SANMYA FEITOSA. <i>Desenvolvimento de Projetos Educacionais</i>. Érica: São Paulo, 2014.</p> <p>TEIXEIRA, EVILÁZIO FRANCISCO BORGES. <i>Dignidade da pessoa humana e o direito das crianças e dos adolescentes</i>. Editora EdIPUC-RS, 2021.</p>
<p>Bibliografia complementar:</p> <p>BIAZZI, Fábio de. <i>Lições essenciais sobre liderança e comportamento organizacional</i>. 2. ed. Editora Labrador, 2022.</p> <p>DIAS, GENEVALDO FREIRE. <i>Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental</i>. Global Editora, 2015.</p> <p>FELIZARDO, Aloma Ribeiro. <i>Cyberbullying e o Círculo de Diálogo Respeitoso: a incrível ferramenta em que os alunos realizam a prevenção</i>. Editora Intersaberes, 2021.</p> <p>GUIMARÃES, MAURO. <i>A dimensão ambiental na educação</i>. Papyrus Editora, 2022.</p> <p>GUIMARÃES, MAURO (ORG.). <i>Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação</i>. Papyrus Editora, 2022.</p> <p>KOLBE JÚNIOR, ARMANDO. <i>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</i>. Contentus, 2020.</p> <p>LEITE, LILIAN IANKE. <i>Proteção integral à infância e à juventude marcos regulatórios do ECA</i>. Contentus, 2020.</p> <p>MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. <i>Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil</i>. - 1ª Edição. Editora Intersaberes, 2012.</p>

MATTAR, João. *Guia de Educação a Distância*. first edition. Brazil: 1 online resource.
 MUNHOZ, Antonio Siemsen. *O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático*. Curitiba: InterSaber, 2013.
 RODRIGUES, Eli. *21 Erros Clássicos da Gestão de Projetos*. Editora Brasport, 2014.
 SPANHOL, FERNANDO JOSÉ ; FARIAS, GIOVANNI FERREIRA DE; SOUZA, MÁRCIO VIEIRA DE. *EAD, PBL e desafio da educação em rede: metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador*. Editora Blucher, 2018.

Projeto Integrador IV	
Ementa: Temas transversais. Educação a distância. Moodle. Trabalho em equipe. Metodologia científica. Projetos. O desafio do quarto projeto será norteado para os temas transversais: direitos das crianças e dos adolescentes e história e cultura afro-brasileira e indígena.	
Bibliografia básica: AMERICO JUNIOR, ELSTON ; RADVANSKEI, IZIQUEL ANTÔNIO . <i>Estudo das relações étnico-raciais para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena</i> . Contentus, 2020. BONILHA, LAÍS KOOP . <i>Bases de química dos alimentos: caminhos para o ensino de saúde alimentar</i> . Editora Intersaber, 2021. BRASIL. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Disponível em: < www.abnt.org.br >. CARVALHO, MALÔ ; ARMANI, SUZETE. <i>Gente vai pra lá, gente vem pra cá: e todos têm direito a um trânsito seguro</i> . Autêntica infantil e juvenil, 2014. CHICARINO, TATHIANA (Org.). <i>Educação em direitos humanos</i> . Editora Pearson 2016 FALCÃO, DEUSIVANIA VIEIRA DA SILVA . <i>A família e o idoso: desafios da contemporaneidade</i> . Papyrus Editora, 2015. LOPES, VALDILSON APARECIDO. <i>Educação para o trânsito e prevenção de acidentes</i> . Contentus, 2020. MELO, MILENA BARBOSA DE. <i>Educação em direitos humanos: elementos educacionais e culturais</i> . Editora Intersaber, 2021. MUNHOZ, Antonio Siemsen. <i>Aprendizagem ativa via tecnologias</i> . Editora Intersaber, 2019. ROCHA, Daiana Garibaldi da (org.). <i>Aprendizagem digital: curadoria, metodologias e ferramentas para o novo contexto educacional</i> . Porto Alegre: Penso, 2021. TAJRA, SANMYA FEITOSA . <i>Desenvolvimento de Projetos Educacionais</i> . Érica: São Paulo, 2014. TEIXEIRA, EVILÁZIO FRANCISCO BORGES . <i>Dignidade da pessoa humana e o direito das crianças e dos adolescentes</i> . Editora EdiPUC-RS, 2021.	
Bibliografia complementar: BIAZZI, Fábio de. <i>Lições essenciais sobre liderança e comportamento organizacional</i> . 2. ed. Editora Labrador, 2022. DIAS, GENEVALDO FREIRE . <i>Atividades Interdisciplinares de Educação Ambiental</i> . Global Editora, 2015. FELIZARDO, Aloma Ribeiro. <i>Cyberbullying e o Círculo de Diálogo Respeitoso: a incrível ferramenta em que os alunos realizam a prevenção</i> . Editora Intersaber, 2021. GUIMARÃES, MAURO. <i>A dimensão ambiental na educação</i> . Papyrus Editora, 2022. GUIMARÃES, MAURO (ORG.). <i>Caminhos da educação ambiental: Da forma à ação</i> . Papyrus Editora, 2022. KOLBE JÚNIOR, ARMANDO . <i>Ambientes Virtuais de Aprendizagem</i> . Contentus, 2020. LEITE, LILIAN IANKE . <i>Proteção integral à infância e à juventude marcos regulatórios do ECA</i> . Contentus, 2020. MARÇAL, José Antônio; LIMA, Silvia Maria Amorim. <i>Educação escolar das relações étnico-raciais: história e cultura afro-brasileira e indígena no Brasil</i> . - 1ª Edição. Editora Intersaber, 2012. MATTAR, João. <i>Guia de Educação a Distância</i> . first edition. Brazil: 1 online resource. MUNHOZ, Antonio Siemsen. <i>O estudo em ambiente virtual de aprendizagem: um guia prático</i> . Curitiba: InterSaber, 2013. RODRIGUES, Eli. <i>21 Erros Clássicos da Gestão de Projetos</i> . Editora Brasport, 2014. SPANHOL, FERNANDO JOSÉ ; FARIAS, GIOVANNI FERREIRA DE; SOUZA, MÁRCIO VIEIRA DE. <i>EAD,</i>	

PBL e desafio da educação em rede: metodologias ativas e outras práticas na formação do educador coinvestigador. Editora Blucher, 2018.

QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	
Informática básica	
Ementa: Noções de hardware e software. Introdução à internet. Introdução à e-mail. Ferramentas de edição de planilhas, documentos e apresentações. Temas transversais.	
Bibliografia básica: CAPRON, H. L.; JOHNSON, J. A. <i>Introdução à informática</i> . 8. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004 RAINER JR., R. K.; CEGIELSKI, C. G. <i>Introdução a sistemas de informação: apoiando e transformando negócios na era da mobilidade</i> . 3. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2011. SANTOS, A. A. <i>Informática descomplicada</i> . 6. ed. Brasília: Vestcon, 2012.	
Bibliografia complementar: MONTEIRO, M. A. <i>Introdução à organização dos computadores</i> . 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2007. MORIMOTO, C. E. <i>Hardware: o guia definitivo</i> . 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2009. NORTON, P. <i>Introdução à informática</i> . São Paulo: Makron Books, 2005. TURBAN, E.; RAINER, R. K.; POTTER, R.; <i>Introdução a sistemas de informação</i> . São Paulo: Elsevier, 2007. VELLOSO, F. C. <i>Informática: conceitos básicos</i> . 8. ed. rev. e atual. São Paulo: Elsevier, 2011.	
Acessibilidade no contexto social e do trabalho	
Ementa: Inclusão e diversidade. Terminologias sobre deficiência no contexto atual. Acessibilidade no mundo do trabalho. O papel das tecnologias assistivas. Temas transversais.	
Bibliografia básica: CORRADI, J. A. M. <i>Acessibilidade em ambientes informacionais digitais: uma questão de diferença</i> . São Paulo: Ed. UNESP, 2011. MAZZOTTA, Marcos J. S. <i>Educação especial no Brasil história e políticas públicas</i> . São Paulo: Cortez, 1996. VELLOSO, J. P. R. (coord.). <i>Construindo sociedade ativa e moderna e consolidando o crescimento com inclusão social</i> . Rio de Janeiro: José Olympio, 2010.	
Bibliografia complementar: CARVALHO, R. <i>Educação inclusiva com os pingos nos "is"</i> . Porto Alegre: Mediação, 2004. FERNANDES, S. <i>Educação de surdos</i> . 2. ed. Curitiba: InterSaberes, 2011. FIGUEIRA, E. <i>O que é educação inclusiva</i> . São Paulo: Brasiliense, 2013. KLEINA, C. <i>Tecnologia assistiva em educação especial e educação inclusiva</i> . Curitiba: InterSaberes, 2012. MITTLER, P. <i>Educação Inclusiva: contextos sociais</i> . Porto Alegre: Artmed, 2003. PRADO, A. R. A.; LOPES, M. E.; ORNSTEIN, S. W. (Orgs.) <i>Desenho Universal: caminhos da acessibilidade no Brasil</i> . Annablume; 2021.	
Gestão de eventos	
Ementa: A organização de eventos e a relação com as funções administrativas institucionais. Classificação e características dos eventos. Recursos humanos, financeiros e materiais necessários para o planejamento dos eventos. Planejamento de eventos: pré, trans e pós evento. Cerimonial e protocolo. Temas transversais.	
Bibliografia básica: ALLEN, J.; O' TOOLE, Wi.; MCDONNELL, I; HARRIS, R. <i>Organização e gestão de eventos</i> . Rio de Janeiro: Campus, 2008. CESCA, C. G. G. <i>Organização de eventos: manual para planejamento e execução</i> . São Paulo: SUMMUS, 2008. GIACAGLIA, M. C. <i>Gestão estratégica de eventos: teoria – prática – casos – atividades</i> . São Paulo: Cengage Learning, 2010. MATIAS, M. <i>Organização de eventos: procedimentos e técnicas</i> . 5. ed. rev. e atual. São Paulo: Manole, 2010. ZANELLA, L. C. <i>Manual de organização de eventos: planejamento e operacionalização</i> . 5.ed. São Paulo:	

Atlas, 2012.	
Bibliografia complementar: GIACAGLIA, M. C. <i>Eventos: como criar, estruturar e captar recursos</i> . São Paulo: Thomson, 2006. LUKOWER, Ana. <i>Cerimonial e protocolo</i> . 3. ed. São Paulo: Contexto, 2010. MEC/SETEC. <i>Guia de eventos, cerimonial e protocolo para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica</i> . 2. ed., rev. e ampl. Brasília: IFB, 2017. MELO NETO, F. <i>Criatividade em eventos</i> . São Paulo: Contexto, 2000. ROGERS, T.; MARTIN, V. <i>Eventos: planejamento, organização e mercado</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, 2011.	
Administração Geral	
Ementa: Introdução a administração. Noções de estrutura organizacional. Gestão organizacional. Processos Administrativos. Temas transversais.	
Bibliografia básica: CHIAVENATO, I. <i>Introdução à teoria geral da administração</i> . 8. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. LACOMBE, F. J. M.; HEILBORN, G. L. J. <i>Administração: princípios e tendências</i> . 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2008. MAXIMIANO, A. C. A. <i>Introdução à administração</i> . 2. ed. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2011.	
Bibliografia complementar: DRUCKER, P. F. <i>Administrando em tempos de grande mudança</i> . São Paulo: Pioneira, 2002. GRIFFIN, R. W. <i>Introdução à administração</i> . São Paulo: Ática, 2007. MOTTA, F. P. <i>Teoria geral da administração</i> . 3 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2006. OLIVEIRA, D. P. R. <i>Planejamento estratégico</i> . 28 ed. São Paulo: Atlas, 2010. RIBEIRO, A. L. <i>Teorias da administração</i> . 2 ed. rev. E atual. São Paulo: Saraiva, 2010. ROBBINS, S. P.; DECENZO, D. A.; WOLTER, R. M. <i>A nova administração</i> . São Paulo: Saraiva, 2014. TAVARES, M. <i>Gestão estratégica</i> . 2 ed. São Paulo: Atlas, 2005. WRIGHT, P; KROLL, M; PARNELL, J. <i>Administração estratégica</i> . São Paulo: Atlas, 2000.	
Marketing	
Ementa: Introdução ao marketing, conceitos gerais e aplicações. Composto mercadológico, análise de mercado e plano de marketing. Temas transversais.	
Bibliografia básica: CHURCHILL, G. A. <i>Marketing</i> . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. KOTLER, P. <i>Administração de marketing</i> . São Paulo: Prentice Hall, 2000. KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. <i>Princípios de marketing</i> . 9. ed., São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2005. KOTLER, P.; KELLER, K. L. <i>Administração de Marketing</i> . São Paulo: Ed. Pearson, 2006. Education. 12. ed. São Paulo: Pearson Education.	
Bibliografia complementar:	
Finanças	
Ementa: Caixa. Contas a pagar. Contas a receber. Estoques. Títulos de crédito. Qualidade de crédito e cobrança. Fluxo de caixa previsto. Fluxo de caixa realizado. Noções de matemática financeira. Temas transversais.	
Bibliografia básica: ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. <i>Fundamentos de Administração Financeira</i> . São Paulo: Atlas, 2010. BACARJI, A. G. <i>Formação inicial e continuada: auxiliar administrativo</i> . Curitiba: Instituto Federal do Paraná. 2012. CHIAVENATO, I. <i>Administração: teoria, processo e prática</i> . Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CONSONI, L. A. <i>Departamento pessoal modelo</i> . São Paulo: Catho, 2009. FUNDAÇÃO IDEPAC PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL. <i>Departamento Pessoal</i> , 2009.	
Bibliografia complementar: BRAGA, R. <i>Fundamentos e técnicas de administração financeira</i> . São Paulo: Atlas, 2010.	

BRITO, P. L. *Análise e viabilidade de projetos de investimentos*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006.
 DOLABELA, F. *O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa*. Rio de Janeiro: Sextante, 2008.
 GITMAN, L. J. *Princípios de administração financeira*. 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010. xxiii, 775 p. ISBN 9788576053323 (broch.).
 HOJI, Masakazu. **Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal**. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2012. xvi, 144, [1] p. ISBN 9788522471300 (broch.).

Finanças
<p>Ementa: Caixa. Contas a pagar. Contas a receber. Estoques. Títulos de crédito. Qualidade de crédito e cobrança. Fluxo de caixa previsto. Fluxo de caixa realizado. Noções de matemática financeira. Temas transversais.</p>
<p>Bibliografia básica: ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. <i>Fundamentos de Administração Financeira</i>. São Paulo: Atlas, 2010. BACARJI, A. G. <i>Formação inicial e continuada: auxiliar administrativo</i>. Curitiba: Instituto Federal do Paraná. 2012. CHIAVENATO, I. <i>Administração: teoria, processo e prática</i>. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. CONSONI, L. A. <i>Departamento pessoal modelo</i>. São Paulo: Catho, 2009. FUNDAÇÃO IDEPAC PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL. <i>Departamento Pessoal</i>, 2009.</p>
<p>Bibliografia complementar: BRAGA, Roberto. Fundamentos e técnicas de administração financeira. São Paulo: Atlas, 2010. 408 p. ISBN 9788522404223. BRITO, Paulo Lucio de. Análise e viabilidade de projetos de investimentos. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2006c. 100 p. ISBN 9788522444946. DOLABELA, Fernando. O segredo de Luísa: uma idéia, uma paixão e um plano de negócios: como nasce o empreendedor e se cria uma empresa. Rio de Janeiro: Sextante, 2008. 299 p. ISBN 9788575423387. GITMAN, Lawrence J. Princípios de administração financeira. 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010. xxiii, 775 p. ISBN 9788576053323 (broch.). HOJI, Masakazu. Administração financeira na prática: guia para educação financeira corporativa e gestão financeira pessoal. 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2012. xvi, 144, [1] p. ISBN 9788522471300 (broch.).</p>

Empreendedorismo
<p>Ementa: Introdução ao empreendedorismo, o que é Negócio? tipos de negócios, plano de Negócios, análise de riscos e estudo de viabilidade. Temas transversais.</p>
<p>Bibliografia básica: LAS CASAS, A. L. <i>Marketing de varejo</i>. São Paulo: Atlas, 1992. LAS CASAS, A. L. <i>Plano de marketing para micro e pequena empresa</i>. 2 ed. São Paulo: Atlas S.A. SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – Site Disponível em: <http://www.sebrae.com.br>. Acesso em: Dezembro/2020. SEBRAE. Fatores condicionantes e taxas de mortalidade de empresas, Brasília: Sebrae, 1999. Disponível em: www.sebrae.com.br, acesso em: Dezembro/2020.</p>
<p>Bibliografia complementar: BERNARDI, L.A. Manual de empreendedorismo e gestão: fundamentos, estratégias e dinâmica. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2012. CHÉR, R. Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: SEBRAE, 2014. CHIAVENATO, I. Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor. 4. ed. Barueri: Manole, 2012. DORNELAS, J. C. A. Empreendedorismo: transformando ideias em negócios. 4. ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. KIESEL, M.; LENZI, F. C. (org.). Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência. São Paulo: Gente, 2010.</p>
Empregabilidade
<p>Ementa: Orientação e planejamento de carreira. Escolha e projeto de futuro profissional. Mundo do trabalho e empregabilidade. Processos de recrutamento e seleção. Cultura e classificação das empresas. Direito do trabalho e previdência social. Capacitação profissional. Temas transversais.</p>

Bibliografia básica:

POCHMANN, M. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação e as perspectivas do jovem no mercado de trabalho brasileiro*. 2. ed., São Paulo: Publisher, 2007.

SARRIERA, J. C.; CÂMARA, S. G.; BERLIM, C. S. *Formação e orientação ocupacional: manual para jovens à procura de emprego*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

SOARES, D. H. P. *A escolha profissional do jovem ao adulto*. São Paulo: Summus, 2002.

Bibliografia complementar:

BRANCO, P. P. M. *Juventude e trabalho: desafios e perspectiva para as políticas públicas. do mundo do trabalho*. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M (Orgs.). *Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Fundação Perseu, 2006, pp. 129 - 148.

DIAS, M. S. L.; SOARES, D. H. P. *Planejamento de carreira: uma orientação para estudantes universitários*. v. 1, 1. ed., São Paulo: Vetor Editora, 2009.

LIMA, M.; BARROS, D. (Org.). *Orientação profissional: teoria e técnica*. 1 ed. São Paulo: VETOR / ABOP, v. 3, FRIGOTO, G.; CIAVATTA, M. (Orgs.), *A experiência do trabalho e a educação básica*. Rio de Janeiro: DP&A, 2007, pp. 11-27.

SARRIERA, J. C.; ROCHA, K. B.; PIZZINATO, A. (Orgs.). *Desafios do mundo do trabalho: orientação, inserção e mudanças*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

5 ACESSIBILIDADE

Quando da fundação da Escola Agrotécnica Federal de Sombrio Lei nº 8.670, de 30/06/93, não havia por parte do poder público e sociedade em geral uma preocupação em relação à inclusão das pessoas com deficiência no ensino regular. Essa responsabilidade era atribuída às escolas especiais. Todavia, com as políticas de educação inclusiva, um novo olhar tem sido lançado no Instituto Federal Catarinense no sentido de desenvolver ações que promovam o acesso e apoio a pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (Decreto nº 5296/2004).

Com a Lei Federal nº 10.098 de dezembro de 2000 e o Decreto nº 5.296/2004, estabelecem-se normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Desta forma, projetos de natureza arquitetônica e urbanística, de comunicação e informação, de transporte coletivo, bem como a execução de qualquer tipo de obra, tendo destinação pública ou coletiva, devem considerar aspectos da acessibilidade e atendimento às necessidades específicas de pessoas com deficiência no que concerne e regulamenta a Lei da Acessibilidade.

Em consonância com tais aspectos, a Portaria Ministerial nº 3.284, de 7 de novembro de 2003 dispõe sobre os requisitos de acessibilidade de pessoas com deficiências, instruindo também sobre os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, bem como o credenciamento de instituições. Em virtude disso, iniciou-se uma sensibilização em relação à inclusão. O Campus Avançado Sombrio conta com um estacionamento exclusivo para pessoas com deficiência, uma rampa de acesso ao prédio, elevador e banheiros adaptados.

Com base na Resolução no 33, de 01 de julho de 2019, o CONSUPER aprovou a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC), onde definiu-se as atribuições do Núcleo de Acessibilidade a Pessoas com Necessidades Específicas nos seguintes artigos:

- I – Desenvolver ações de implementação de políticas de inclusão, conforme as demandas existentes na região de abrangência;
- II – Contribuir para as políticas de inclusão das esferas municipal, estadual e federal;
- III – Articular e promover ações referentes à questão da equidade e da proteção dos direitos de pessoas com deficiência e necessidades específicas, através de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão;

IV – Sensibilizar a comunidade do *campus* e da Reitoria, por meio de espaços de debates, vivências e reflexões, quanto a cultura da educação para a inclusão, promovendo a quebra das barreiras atitudinais, educacionais e arquitetônicas;

V – Construir vínculos e manter diálogo permanente com fóruns, organizações, associações, representações da sociedade civil e movimentos sociais comprometidos com a temática de equidade e inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

VI – Assessorar e prestar consultoria às instâncias e setores do IFC em situações ou casos que envolvam essas temáticas;

VII – Promover ações em parceria com os núcleos inclusivos relacionados à promoção da inclusão, diversidade e o respeito aos direitos humanos;

VIII – Propor programas de formação continuada para a comunidade da região de abrangência e ações de capacitação para servidores sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

IX – Incentivar a relação instituição/comunidade, no que diz respeito às pessoas com deficiência e necessidades específicas;

X – Disponibilizar, estimular a produção e demandar a aquisição de materiais diversos sobre a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas, que respeitem, valorizem e promovam a diversidade cultural;

XI – Indicar obras para o acervo das bibliotecas sobre a temática;

XII – Contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas reflexivas, participativas e interdisciplinares, que possibilitem ao educador e ao educando o entendimento da necessidade de inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

XIII – Fazer intercâmbio com os demais campi e escolas da rede pública e privada e outras instituições com o intuito de realização de atividades voltadas para a inclusão de pessoas com deficiência e necessidades específicas;

XIV – Propor políticas de acesso, permanência e êxito, de modo a atender, aconselhar e acompanhar, forma transversal e interdisciplinar, pessoas com deficiência e necessidades específicas que se encontrem em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional;

Com base na Resolução no 33, de 01 de julho de 2019, o CONSUPER aprovou a Política de Inclusão e Diversidade do Instituto Federal Catarinense (IFC), onde definiu-se as atribuições do Núcleo de Acessibilidade a Pessoas com Necessidades Específicas dando destaque em algumas atuações: Desenvolver ações de implementação de políticas de inclusão, sendo nas esferas, municipais, estaduais e federal;

Articular e promover ações referentes à questão da equidade e da proteção dos direitos de pessoas com deficiência e necessidades específicas, através de atividades nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, bem como propor políticas de acesso, permanência e êxito, de modo a atender, aconselhar e acompanhar, forma transversal e interdisciplinar, pessoas com deficiência e necessidades específicas que se encontrem em vulnerabilidade social, cultural e/ou educacional; Em relação a aspectos de infraestrutura das instalações é possível destacar:

As áreas comuns do *campus*, bem como a biblioteca onde estão as salas de trabalho, laboratórios e salas de aula atendem as exigências da ABNT 9050, quanto aos espaços livres de circulação e corredores, área de transferência e área de alcance.

O prédio possui opção de acesso através de elevador, facilitando a circulação de cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida e banheiro adaptado com barra de apoio. O elevador possui internamente uma sinalização tátil realizada através de Braille, facilitando a circulação de pessoas com deficiência. A instituição possui reserva de vaga em estacionamento para pessoa com deficiência, além de possuir sanitários acessíveis no segundo e terceiro andar.

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. É também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos.

Se faz necessário destacar o acesso da pessoa com deficiência ao curso por meio das Ações Afirmativas regulamentadas pelas Leis nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 e 13.409, de 28 de dezembro de 2016.

A instituição conforme Portaria Normativa do IFC 04/2018 diz: “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”;

A instituição entende que acessibilidade num espaço que visa à formação e profissionalização de jovens e adultos é mais do que permitir que pessoas com deficiências participem das suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. É também a de promover as potencialidades de cada um respeitando suas características individuais, favorecendo o acesso ao conhecimento e cidadania. Diante disso, sabe-se que na ânsia de melhor respeitar as diferenças e necessidades específicas de cada sujeito, muitos outros aspectos ainda precisam ser desenvolvidos.

6 AVALIAÇÃO

A avaliação na EJA-EPT considerará as seguintes dimensões:

I – Diagnóstica: caracteriza o desenvolvimento do estudante no processo de ensino-aprendizagem, visualizando avanços e dificuldades, realizando ajustes e tomando decisões necessárias às estratégias de ensino e ao desempenho dos sujeitos do processo;

II – Processual: reconhece que a aprendizagem acontece em diferentes tempos, por processos singulares e particulares de cada sujeito, tem ritmo próprio e lógicas diversas, em função de experiências anteriores mediadas por necessidades múltiplas e por vivências individuais que integram e compõem o repertório a partir do qual realiza novos aprendizados e ressignifica os antigos;

III – Formativa: assegura ao sujeito a consciência da atividade que desenvolve e dos objetivos da aprendizagem, podendo participar da regulação da atividade, segundo estratégias metacognitivas que precisam ser compreendidas pelos professores. Pode expressar seus erros, como hipóteses de aprendizagem, limitações, expressões do que sabe, do que não sabe e do que precisa saber;

IV – Somativa: expressa o resultado referente ao desempenho do estudante no bimestre/semestre através de menções, relatórios ou notas.

A avaliação nos cursos EJA-EPT tem perspectiva teórico-metodológica crítica, emancipatória, dialógica e libertadora.

A avaliação é um processo contínuo, de descrição e análise crítica do contexto da aprendizagem visando ao desenvolvimento humano. São avaliadores e avaliados todos os sujeitos envolvidos no processo ensino aprendizagem, como os docentes, os estudantes, os gestores, os demais profissionais do *campus* e a comunidade. A avaliação articula conhecimentos escolares, saberes populares e reflexões das estruturas sociais, econômicas e culturais.

Os procedimentos da avaliação ocorrem em etapas como, por exemplo, a identificação de temas e problemas, elaboração de hipóteses, coleta/construção de dados, análise mediante referencial teórico e proposição de caminhos para a aprendizagem, incluindo sua implementação.

Os procedimentos avaliativos dos componentes curriculares/áreas/módulos devem ser organizados de modo articulado, demonstrando a integração curricular.

O processo avaliativo deve impactar na contínua revisão e harmonização do ensino, da extensão, da pesquisa, da inovação e da gestão com as necessidades socioeconômicas e culturais.

O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.

O processo avaliativo deve possibilitar ao educando, no Tempo Reflexão e no Tempo Avaliação e/ou nas ações de mediação, refletir sobre suas experiências e percepções iniciais, observar, reelaborar e sistematizar seu conhecimento e suas formas de aprendizagem.

A avaliação da aprendizagem dos estudantes, prevista no PPC e no Plano de Ensino de cada componente curricular, será contínua e cumulativa, considerando os resultados apresentados ao longo do processo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. A avaliação dos aspectos qualitativos compreende, além da acumulação de conhecimentos e dos resultados alcançados com a avaliação de característica quantitativa, o diagnóstico, a orientação e reorientação do processo de ensino e de aprendizagem, visando ao aprofundamento dos conhecimentos e ao desenvolvimento de habilidades e atitudes pelos estudantes.

A avaliação do rendimento escolar enquanto elemento formativo e condição integradora entre ensino e aprendizagem deverá ser ampla, contínua, gradual, dinâmica e cooperativa e seus resultados serão sistematizados, analisados e divulgados.

Tendo como pressuposto que a avaliação deve considerar os objetivos gerais e específicos dos componentes curriculares e o processo de ensino-aprendizagem como um todo, serão utilizados instrumentos de avaliação de natureza variada e em número amplo o suficiente para poder avaliar o desenvolvimento de capacidades e saberes com ênfases distintas e ao longo do período letivo.

De acordo com a natureza do componente curricular admite-se, entre outros, como instrumento de avaliação processual de aprendizagem:

I – Avaliação escrita, com questões a mais para escolha e/ou com questões elaboradas pelo estudante;

II – Avaliação oral ou prático-oral;

- III – Avaliação prática;
- IV – Trabalho individual ou em grupo;
- V – Seminário, mostra, feira;
- VI – Estudo de caso;
- VII – Resenha e artigo;
- VIII – Relatório de atividades;
- IX – Relatório de visita técnica;
- X – Portfolio;
- XI – Webquest;
- XII – Autoavaliação;
- XIII – Dramatização, performance e outras formas de comunicação;
- XIV – Desenho;
- XV – Maquete;
- XVI – Experimentação;
- XVII – Álbum;
- XVIII – Projeto;
- XIX – Mapa Conceitual;
- XX – Debate, entre outros.

O docente poderá adotar os instrumentos de avaliação que julgar mais adequados e eficientes para a promoção da aprendizagem escolar, devendo expressá-los no Plano de Ensino e, para fins de registro no Diário de Classe, deve-se adotar escala de notas.

Em cada etapa deverão ser utilizados instrumentos diversos de avaliação.

O professor informará ao estudante os resultados da avaliação de sua aprendizagem, a fim de que estudante e professor possam, juntos, criar condições para retomar aspectos nos quais os objetivos de aprendizagem não tenham sido atingidos e programar estudos de recuperação paralela durante o processo de ensino-aprendizagem.

O NuPe e a Coordenação do Curso preverá encontros coletivos envolvendo os diferentes sujeitos que compõem a comunidade escolar, com o objetivo de analisar, entre outros, o processo de avaliação do ensino e aprendizagem no decorrer do período letivo do respectivo curso, propondo práticas avaliativas institucionais, tais como:

I – grupo de estudo sobre avaliação do processo ensino-aprendizagem que ampare os professores em seu cotidiano profissional e possa estabelecer um acompanhamento do

processo avaliativo nos componentes curriculares/áreas/módulos, nos cursos e nos campi ;

II – o contínuo repensar das condições de trabalho, do currículo, da cultura organizacional nos cursos ofertados pelos campi.

6.1 RECUPERAÇÃO PARALELA

A recuperação paralela parte do princípio que a avaliação é um processo contínuo e cumulativo no qual devem prevalecer os aspectos qualitativos, reforçando a avaliação também como diagnóstica, em que são produzidos dados que permitem a reflexão sobre a necessidade de novas ações pedagógicas e planejamento destas. É nesse sentido que se dá a obrigatoriedade de estudos de recuperação paralela, uma vez que estes materializam no cotidiano escolar a visão da avaliação como um processo e não restrita a aplicação de instrumentos.

Deve-se constituir no Curso de Qualificação Profissional (QP) em Assistente Administrativo integrado à Educação de Jovens e Adultos articulado à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) - Nível Médio um programa para a recuperação paralela, no intuito de garantir planejamento e ações coletivas para que os estudantes que apresentem dificuldades consigam acompanhar e obter êxito em seus respectivos cursos.

A finalidade da recuperação paralela é garantir intervenções pedagógicas ao longo do período letivo àqueles estudantes que, no seu percurso formativo, foram identificados por meio do processo de avaliação com objetivos de ensino e aprendizagem não atingidos e para aqueles que visam ao aperfeiçoamento da aprendizagem e não apenas ao alcance da média.

É garantido ao estudante recuperação paralela nos componentes curriculares da formação profissional em que não atingir rendimento suficiente no decorrer do período letivo, ou seja, não é exame final.

Considera-se aqui, rendimento insuficiente, nota abaixo de seis (6,0) no curso de qualificação profissional mensurada através de instrumentos avaliativos utilizados no

componente curricular. É facultado aos estudantes que atingiram a média mínima o direito a participar da recuperação paralela.

A oferta da recuperação paralela é obrigatória, quando houver estudantes com rendimento insuficiente, e deverá ocorrer paralelamente ao período letivo, em momentos extraclasse, sendo o tempo destinado a estes estudos não computado no mínimo de horas anuais determinadas em cada curso, por não se tratar de atividade obrigatória a todos os estudantes.

A recuperação paralela se incorpora à avaliação contínua e, sob esta perspectiva, a recuperação qualitativa de conteúdos deverá ocorrer ao longo do período letivo e de forma integrada, visando ao aperfeiçoamento da aprendizagem, de acordo com as características do público atendido (adultos e trabalhadores).

Durante cada período avaliativo, deverá ser prevista recuperação paralela, dentre outras atividades que auxiliem o estudante a ter êxito na sua aprendizagem, evitando a não compreensão dos conteúdos, de forma a minimizar e evitar a reprovação e/ou evasão.

No planejamento das atividades relacionadas a recuperação paralela devem ser propostas formas metodológicas alternativas que proporcionem abordagens diferenciadas daquelas anteriormente desenvolvidas, visando a novas oportunidades de aprendizagem.

Quanto às formas e meios, os estudos de recuperação paralela devem ser ofertados em horários compatíveis com as possibilidades de participação dos estudantes, podendo ser disponibilizados através de: monitorias com acompanhamento do professor do componente curricular; atividades extraclasse, organizadas e agendadas pelo professor do componente curricular; grupos de estudos com orientação do professor do componente curricular, dentre outras estratégias, observando a obrigatoriedade da presença do professor na organização e na condução das atividades.

Cada docente preverá em seu planejamento a recuperação paralela divulgada no Plano de Ensino do componente curricular, garantindo-se a recuperação de estudos e a reavaliação ao longo de cada período avaliativo. As atividades de recuperação paralela serão registradas no diário de classe ou em documento similar disponibilizado pela instituição.

A recuperação paralela deve contemplar momentos de reavaliação, que deverão ser registrados a cada avaliação, e seus resultados, quando melhores, substituirão os anteriores. A reavaliação integra a avaliação da aprendizagem do estudante, sendo sua

oferta condicionada ao resultado obtido nas atividades avaliativas do componente curricular/módulo, e devem ocorrer após os momentos e as atividades de retomada de conteúdos planejados para sanar eventuais dificuldades do ensino e da aprendizagem.

6.2 APROVAÇÃO

No IFC a aprovação do estudante na formação profissional ocorrerá após a conclusão do período letivo e/ou por aproveitamento de estudos (formais, não formais e informais).

O regime de oferta do curso será por componente curricular. Para cursos organizados em regime por disciplina, será considerado aprovado no componente curricular o discente dos cursos da EJA-EPT que satisfizer, concomitantemente, as seguintes condições mínimas:

I - frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total do componente curricular dos Cursos EJA Qualificação Profissional e EJA Técnico; simples das notas obtidas na verificação e avaliação da aprendizagem em cada componente curricular cursado no período avaliativo.

II - aproveitamento final igual ou superior a 6,0 (seis), correspondente à média aritmética simples das notas obtidas na verificação e avaliação da aprendizagem em cada componente curricular cursado no período avaliativo.

Não há Exames nos cursos da EJA-EPT do IFC, considerando que o processo de recuperação paralela ocorre ao longo de todo o período letivo com intervenções pedagógicas que auxiliem o estudante no processo de aprendizagem. Neste caso, considerando que o curso será ofertado em parceria, não haverá exame no curso de qualificação profissional.

O processo avaliativo deve possibilitar que todos os estudantes alcancem uma aprendizagem suficiente, de acordo com os objetivos e critérios construídos nos plano de ensino de forma coerente com o PPC, Projeto Político Pedagógico (PPP) e Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

Os resultados do estudante devem ser preferencialmente acompanhados de parecer descritivo, o qual deverá ser construído coletivamente, ao longo do processo de ensino aprendizagem, descrevendo de forma qualitativa a trajetória escolar do estudante.

São elementos considerados no parecer descritivo:

I – objetivos de ensino referentes ao período;

II – diagnósticos contínuos abordando o domínio de conteúdos e o desenvolvimento integral do estudante;

III – autoavaliação do estudante e do docente;

IV – avaliação do processo;

V – indicação de estratégias para a melhoria do processo ensino-aprendizagem.

A avaliação pressupõe a definição de critérios, que são elementos constitutivos do processo avaliativo, parâmetros utilizados para a observação, sendo estabelecidos a partir dos conteúdos selecionados.

A certificação de conhecimentos e saberes busca comprovar o domínio de conteúdo dos componentes curriculares.

Os conhecimentos e saberes podem ter sido construídos ou não em processos formais de aprendizagem.

No PPC da EJA-EPT constará a possibilidade e os procedimentos necessários para a certificação de conhecimentos e saberes.

As reuniões pedagógicas constituem instâncias colegiadas tendo, dentre outras finalidades, a de analisar, discutir, orientar e deliberar acerca do processo ensino-aprendizagem.

As reuniões pedagógicas serão constituídas por no mínimo:

I – coordenador/a de curso;

II – professores da turma;

III – Coordenador Geral de ensino ou Diretor de Ensino, Pesquisa e Extensão;

IV – Representante do NuPe;

V – Representante dos discentes da turma.

A organização da reunião pedagógica é responsabilidade da coordenação da EJA-EPT e do NuPe, sendo coordenado pelo(a) coordenador(a) de curso, devendo ter no mínimo três sessões para cada período letivo.

A organização da reunião pedagógica deverá garantir momentos de:

I – discussões prévias com docentes e discentes para coleta de informações acerca das fragilidades, potencialidades e autoavaliação de todos os envolvidos no processo;

II – reunião coletiva para análise e reflexão sobre o processo de ensino-aprendizagem, o trabalho pedagógico realizado e proposta de intervenções;

III – operacionalização das ações definidas coletivamente.

7 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O curso será avaliado pela coordenação do curso Núcleo Docente Básico e Colegiado do Curso. A avaliação do curso preza pelo caráter diagnóstico e formativo, consistindo em um conjunto de ações que permitem recolher dados, visando a análise da constituição das competências por parte do estudante. Suas funções primordiais são:

- a) Obter evidências sobre o desenvolvimento do conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias à constituição de competências, visando a tomada de decisões sobre o encaminhamento dos processos de aprendizagem do estudante durante o curso;
- b) Analisar a coerência do trabalho pedagógico com o perfil do egresso previstas no Projeto do Curso;
- c) Estabelecer previamente, por unidade curricular, critérios que permitam visualizar os avanços e os desafios dos estudantes no desenvolvimento das competências. Os critérios servirão de referência para o estudante avaliar sua própria trajetória e para o docente tomar decisões quanto ao rumo dos processos de ensino e aprendizagem.

8 EXPEDIÇÃO DE DIPLOMA E CERTIFICADOS

Àquele que concluir com aprovação todos os componentes curriculares que compõem a organização curricular deste curso terá direito a certificação

com validade nacional que atesta a conclusão do Ensino Médio, possibilitando o prosseguimento de estudos em nível superior, bem como da Qualificação Profissional (QP) em Assistente Administrativo, para fins de habilitação na respectiva área profissional.

Os históricos escolares que acompanham os certificados devem explicitar os componentes curriculares cursados, de acordo com o correspondente perfil profissional de conclusão, as respectivas cargas horárias, frequências e aproveitamento dos concluintes.

9 CORPO DOCENTE E TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO DO IFC

9.1 CORPO DOCENTE

O quadro a seguir do corpo docente apresenta o nome, o nº do Sistema Integrado de Administração de Pessoal (SIAPE), a titulação, o e-mail e o link para o currículo lattes, todos possuem regime de trabalho DE e o telefone para contato é o do IFC (48) 3533-4001.

Docente	SIAPE	Titulação	Endereço de e-mail	Link para o currículo lattes
Alex Fabiano Wehrle	2056685	Mestrado	alex.wehrle@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7673533757528002
Anderson Sartori	1814418	Doutorado	anderson.sartori@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/4927986821518916
Clarice Vaz dos Santos Arbelo	225927	Mestrado	clarice.arbelo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/2770876899840470
Darc Ionice Feijó Da Rocha	2269497	Especialização	darc.rocha@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8169149992485759
Eliane Anastacio Floriano	1164199	Doutorado	eliane.floriano@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/0067192104019790
Éria Cardoso	2445890	Doutorado	eria.cardoso@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/837371731429178
Gilnei Magnus dos Santos	1105939	Doutorado	gilnei.santos@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5675090387365345
Giovani Felipe	1189177	Mestrado	giovani.felipe@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5106947544135332
Giovani Marcelo Schmidt	2259915	Mestrado	giovani.schmidt@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1091003111673056
Glíndia Victor	1757125	Mestrado	glindia.victor@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/6339621438150160
Helmo Alan Batista de Araújo	2192986	Mestrado	helmo.araujo@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9463131372497100
José Leocadio Cabral Neto	1186326	Mestrado	jose.cabral@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5029436380052917
Kênia Zanella	1958927	Mestrado	kenia.zanella@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/8823302601675441

Lucyene Lopes da Silva	1893535	Doutorado	lucyene.dasilva@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/7548741131749775
Mara Juliane Woiciechoski Helfenstein	2102265	Doutorado	mara.Helfenstein@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9502866951040801
Rosemary de Fátima de Assis Domingos	1810835	Doutorado	Rosemary.domingos@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/5360238087007849
Sabrina Mendes Boeira	1568334	Mestrado	sabrina.boeira@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/1939852733903260
Tereza Cristina Benevenuto Lauterio	23388547	Mestrado	Tereza.lauterio@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/3684543406962635
Victor Martins de Sousa	1999717	Mestrado	victor.sousa@ifc.edu.br	http://lattes.cnpq.br/9963886020260067

9.2 COORDENAÇÃO DE CURSO

Docente	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação	Endereço de e-mail	Telefone
Lucyene Lopes da Silva	1893535	DE	Doutorado	lucyene.dasilva@ifc.edu.br	(48)3533-4001

9.3 NDB

O quadro a seguir do NDB apresenta o nome, o SIAPE, a titulação e o e-mail, o telefone para contato é o do IFC (48) 3533-4001.

Docente	SIAPE	Titulação	Endereço de e-mail
Alex Fabiano Wehrle	2056685	Mestrado	alex.wehrle@ifc.edu.br
Anderson Sartori	1814418	Doutorado	anderson.sartori@ifc.edu.br
Darc Ionice Feijó Da Rocha	2269497	Especialização	darc.rocha@ifc.edu.br
Lucyene Lopes da Silva	1893535	Doutorado	lucyene.nunes@ifc.edu.br
Kênia Zanella	1958927	Mestrado	kenia.zanella@ifc.edu.br
Tereza Cristina Benevenuto Lauterio	23388547	Mestrado	Tereza.lauterio@ifc.edu.br
Victor Martins de Sousa	1999717	Mestrado	victor.sousa@ifc.edu.br

9.4 COLEGIADO

O quadro a seguir do Colegiado apresenta o nome, o cargo, o SIAPE, o regime de trabalho e a titulação, o telefone para contato é o do IFC (48) 3533-4001.

Membro	Cargo	SIAPE	Regime de Trabalho	Titulação
Alex Fabiano Wehrle	Docente	2056685	DE	Mestrado
Ana Maria de Moraes	Pedagoga – Supervisora Educativa	1589799	40h	Mestrado
Anderson Sartori	Docente	1814418	DE	Doutorado
Darc Ionice Feijó Da Rocha	Docente	2269497	DE	Especialização
Lucyene Lopes da Silva	Docente	1893535	DE	Doutorado
Kênia Zanella	Docente	1958927	DE	Mestrado
Victor Martins de Sousa	Docente	1999717	DE	Mestrado

9.5 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO EM EDUCAÇÃO

O quadro a seguir do corpo Técnico Administrativo em Educação (TAE) apresenta o nome, o cargo, titulação e o e-mail, o telefone para contato é o do IFC (48) 3533-4001.

Nome	SIAPE	Cargo	Titulação	E-mail
Adonilton Luiz Pizzato	2109252	Auditor	Mestrado	adonilton.pizzato@ifc.edu.br
Ana Maria de Moraes	1589799	Pedagoga	Mestrado	ana.moraes@ifc.edu.br
André Ferreira Bento	1955416	Técnico de Laboratório de Informática	Especialização	andre.bento@ifc.edu.br
Andreia da Silva Bez	1456444	Psicóloga	Doutorado	andreia.bez@ifc.edu.br
Antonio Cosmo dos Santos	2247997	Técnico de Laboratório de Informática	Graduação	antonio.santos@ifc.edu.br
Antônio Marcos Marangoni	1786339	Administrador	Mestrado	antonio.marangoni@ifc.edu.br
Cledimara dos Santos Klaus	2390663	Técnico em Enfermagem	Graduação	cledimara.klaus@ifc.edu.br
Cristiane Lied	1669089	Auxiliar Administrativo	Especialização	cristiane.lied@ifc.edu.br
Daiana Henrique Maria	1588137	Assistente Administrativo	Especialização	daiana.Maria@ifc.edu.br
Dalvana Silva da Gama	1898704	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestrado	dalvana.gama@ifc.edu.br
Diego Monsani	1757297	Bibliotecário	Mestrado	diego.monsani@ifc.edu.br
Eliane Inácio Trajano	2847197	Assistente de aluno	Graduação	eliane.trajano@ifc.edu.br
Famelene Ferraz da Silva	1982920	Auxiliar Administrativo	Graduação	famelene.silva@ifc.edu.br
Gerusa da Rosa Bez de Souza	1792420	Assistente de aluno	Graduação	gerusa.souza@ifc.edu.br
Ivanor Anversa Machado	1105061	Servente de Obras	Graduação	ivanor.machado@ifc.edu.br
Lônia Lúcia Lied	1105896	Lavadeiro	Especialização	lonia.lied@ifc.edu.br
Luciana Cândido dos Santos	1204835	Aux. de limpeza	Graduação	luciana.santos@ifc.edu.br
Maria Lucia Duarte de Lima	1204836	Aux. de limpeza	Ensino médio	maria.lima@ifc.edu.br
Milena Alves Bratti	1829182	Assistente Administrativo	Especialização	milena.bratti@ifc.edu.br
Olivia Caroline Ventura Silva	1788842	Assistente de aluno	Graduação	olivia.trajano@ifc.edu.br

Trajano				
Patricia Kellen Pereira	2207700	Auxiliar de Biblioteca	Especialização	patricia.pereira@ifc.edu.br
Paula Guadanhim Generoso	1522450	Assistente Administrativo	Mestrado	paula.generoso@ifc.edu.br
Ramon Silva Cunha	1885978	Interprete	Graduação	ramon.cunha@ifc.edu.br
Reginaldo Luiz Cipriano	1109204	Almoxarife	Graduação	reginaldo.cipriano@ifc.edu.br
Rose Mara dos Santos Colombara da Silva	1105919	Assistente de aluno	Especialização	rose.santos@ifc.edu.br
Silvana Bauer Rocha	1625067	Assistente Administrativo	Graduação	silvana.rocha@ifc.edu.br
Ulysses Tavares Carneiro	1668138	Técnico em Assuntos Educacionais	Mestrado	ulysses.carneiro@ifc.edu.br
Vanessa da Silva Rocha	2313460	Intérprete	Especialização	vanessa.rocha@ifc.edu.br
Vanessa Dias Espíndola	2135053	Assistente Social	Especialização	vanessa.espindola@ifc.edu.br

9.6 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO PARA DOCENTES E TAE

As diretrizes e as estratégias de capacitação institucionais são fundamentais para viabilizar continuamente o desenvolvimento dos servidores do IFC, seja por meio de cursos ou por meio de incentivos à capacitação.

O Plano Anual de Capacitação (PAC) visa atender às determinações legais sobre a capacitação do servidor, com o propósito de contribuir para o desenvolvimento de habilidades úteis à instituição por meio do desenvolvimento das competências individuais.

Tem-se ainda o Programa Institucional de Qualificação de servidores do Instituto Federal Catarinense PIQIFC, que tem por objetivos viabilizar a formação, em nível de pós-graduação *stricto sensu*, dos integrantes do quadro de pessoal permanente do IFC, bem como estruturar e contribuir para a constituição de uma política permanente de formação de docentes e técnicos do IFC. São oportunizados ainda capacitações em eventos externos.

No processo de formação continuada oferecido no *campus*, conforme definido em calendário acadêmico ou convite/convocação da Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, é incentivada a participação dos Docentes e dos Técnicos Administrativos.

A política de capacitação de servidores do IFC está detalhada nas normatizações a seguir:

- a) Resolução 016-2012: Dispõe sobre o Programa Institucional de Qualificação (Mestrado e Doutorado) de servidores para o IFC (PIQ/IFC) - licenças de 50 e 100% (IFC, 2012);
- b) Resolução 031-2012: Altera PIQ (IFC, 2012);
- c) Resolução 008 – 2013: Dispõe sobre dispensa de Servidor para cursar MINTER/DINTER do IFC (IFC, 2013);
- d) Resolução 064 – 2013: Altera PIQ (IFC, 2013);
- e) Resolução 004 – 2014: Altera PIQ (IFC, 2014);
- f) Resolução 049 – 2014: Dispõe sobre o Programa de Bolsa de Incentivo à Qualificação (Mestrado/Doutorado) dos servidores do IFC (PROBIQ/IFC), bolsa de 500,00 (IFC, 2014);
- g) Resolução 052 – 2014: Altera MINTER-DINTER (IFC, 2014);

- h) Resolução Ad referendum 004-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016);
- i) Resolução 015-CONSUPER-2016: Dispõe sobre a Política de Capacitação (Cursos de Graduação e Extensão) de Servidores do IFC - diretrizes, bolsas, licenças (IFC, 2016);
- j) Resolução 018-CONSUPER-2016: Altera PIQ (IFC, 2016c);
- k) Resolução 058-CONSUPER-2016: Altera PROBIQ (IFC, 2016d);
- l) Resolução 002-CONSUPER-2017: Dispõe sobre a criação do Colegiado de Gestão de Pessoas do Instituto Federal Catarinense (IFC, 2017).

10 INSTALAÇÕES FÍSICAS

10.1 BIBLIOTECA

A Biblioteca do IFC – *Campus Avançado Sombrio* foi criada em 2010 e integra o Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBi) do IFC. Possui aproximadamente 222 m², divididos entre salas de estudo, acervo e laboratório de pesquisa, seu horário de funcionamento é de segunda à sexta, das 8 até às 22h30min. Conta com um acervo de cerca de 8000 títulos divididos entre livros, folhetos, revistas e materiais audiovisuais, além de cerca de 12.000 obras e-book, acesso ao portal da Capes, catálogo do acervo disponível on-line e demais serviços para atender seus 700 interagentes. A biblioteca oferece os serviços de empréstimo, renovação, reserva, levantamento bibliográfico, catalogação na fonte, visita orientada, capacitação de usuário, orientação e auxílio no uso de base de dados, normatização entre outros. Tem aspectos estruturais de acordo com as normas legais, e contamos com um acervo de livros digitais para pessoa com deficiência visual. A equipe da biblioteca é composta por quatro pessoas: um bibliotecário, um auxiliar de biblioteca, um técnico administrativo e um estagiário.

10.2 ÁREAS DE ENSINO ESPECÍFICAS

A estrutura pedagógica existente, atualmente, no IFC Campus Avançado Sombrio está orientada para oferecer sustentação às atividades de ensino, pesquisa e extensão, em uma perspectiva de articulação destes três eixos, tanto no ensino Superior, como no ensino Básico/Técnico. Desta forma, partindo de uma Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão (DEPE), a parte pedagógica organiza-se em três coordenações (coordenação pedagógica, coordenação de pesquisa e coordenação de extensão), com seus respectivos setores de apoio pedagógico.

Além destas coordenações e setores, a DEPE conta com órgãos colegiados, que acompanham as diversas atividades escolares e acadêmicas relativas aos cursos oferecidos e atuam de maneira consultiva e propositiva. Atualmente os órgãos colegiados do Campus Avançado Sombrio são os seguintes: NUPE – Núcleo

Pedagógico; NDE – Núcleo Docente Estruturante; NDB – Núcleo Docente Básico; Comitê de Pesquisa; Comitê de Extensão; Comissão Disciplinar Discente.

No que se refere ao suporte documental, a estrutura pedagógica do Campus Avançado Sombrio está ancorada, principalmente, no PDI e PPI do IFC, nos Projetos pedagógicos dos Cursos e na organização didática, além das demais regulamentações relativas a cada coordenação ou setor (regulamentos do Comitê de Extensão e de Pesquisa; regulamentos da comissão disciplinar; Resoluções do CONSUPER; Resoluções do CONCAMPUS, entre outras).

10.3 ÁREA DE ESPORTE E CONVIVÊNCIA

O Campus Avançado Sombrio possui quadra poliesportiva e centro de convivência de alunos. Ainda no piso térreo, na ligação entre os dois prédios, que resulta em área coberta, há uma área de lazer e convivência para os alunos.

10.4 ÁREA DE ATENDIMENTO AO ESTUDANTE

Na área construída do IFC - Campus Avançado Sombrio encontram-se instalados dois prédios de 03 pisos, denominados Bloco A e Bloco B. Os dois blocos destinam-se às atividades pedagógicas, abrigando laboratórios e salas de aula, bem como ambientes pedagógicos complementares. As atividades administrativas localizam-se no prédio do antigo CEAC, além de outros ambientes complementares que servem ao trabalho administrativo e pedagógico. Os blocos A e B estão ligados por passarelas e o Bloco B possui 01 elevador, garantindo assim condições de acessibilidade.

O IFC - Campus Avançado Sombrio possui o Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento ao Educando – SISAE, o qual tem o objetivo de acompanhar o aluno em seu desenvolvimento psicossocial, bem como em suas rotinas estudantis, observando questões disciplinares e de desempenho escolar. Este setor conta com uma equipe multidisciplinar de psicóloga, assistente social, assistente de aluno e orientadora educacional. O SISAE trabalha no sentido de estabelecer melhor

aproximação da instituição com os pais, no caso dos alunos; contribuir para o bom desempenho escolar, agindo preventivamente em casos de faltas disciplinares ou de frequência; promover ações de integração entre alunos e professores/servidores, entre outras finalidades.

O Campus Sombrio por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), tem por finalidade contribuir para a promoção da inclusão e a equidade de condições para participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas, quando necessário. Promovendo assim, um sistema educacional inclusivo com condições de acessibilidade necessárias à permanência e ao êxito estudantil.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 9.394*. 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1996.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 10.098*. 19 de dezembro de 2000. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2000.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.154*. 23 de julho 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.296*. 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, 2004.

BRASIL. Congresso Nacional. *Decreto nº 5.840*. 13 de julho 2006. Institui, no âmbito federal, o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, e dá outras providências. Brasília, 2006.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.645*. 10 de março de 2008. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.741*. 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.788*. 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.892*. 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, 2008.

BRASIL. Congresso Nacional. *Lei nº 11.947*. 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nº 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília, 2009.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CP nº 1/2004*. 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Parecer CNE/CEB nº 40/2004*. 8 de dezembro de 2004. Trata das normas para execução de avaliação, reconhecimento e certificação de estudos previstos no Artigo 41 da Lei nº 9.394/96 (LDB). Brasília: MEC, 2004.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº. 1/2000*. 05 de julho de 2000. Estabelece as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília: MEC, 2000.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº. 2/2005*. 4 de abril de 2005. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Resolução CNE/CEB nº. 4/2010*. 13 de julho de 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Brasília: MEC, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. *Guia Pronatec de Cursos FIC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego*. 4. ed., Brasília, 2016a.

Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41261-guia-pronatec-de-cursos-fic-2016-pdf&Itemid=30192>, acesso em 15 de outubro de 2020.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA, 1., 2006, Brasília, DF. Anais e deliberações da I Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica: educação profissional como estratégia para o desenvolvimento e inclusão social. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2006.

INSTITUTO FEDERAL CATARINENSE (IFC). Conselho Superior do IFC. *Resolução nº 053/2010/CONSUPER*. 17 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a criação, trâmite e critérios de análise e aprovação dos Projetos Pedagógicos de Cursos do PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos - (PPCP) e do PROEJA - FIC - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na formação inicial e continuada integrada com o ensino fundamental - PPCP-FIC, do Instituto Federal Catarinense. Blumenau: IFC, 2010.

IFC. *Plano de Desenvolvimento Institucional 2014-2018*. Blumenau, 2014.

IFC. *Qualificação Profissional integrada ao Ensino Fundamental ou ao Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos das Redes Municipais e Estadual de Educação de Santa Catarina* - IFC. Blumenau, 2020.

IFC. *Resolução nº 10 CONSUPER de 2020 que dispõe sobre as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos articulada à Educação Profissional e Tecnológica (EJA - EPT) no Instituto Federal Catarinense (IFC)*. Blumenau, 2020.